



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

Residencial Fazenda Grande 8B (MCMV): criando espaços de
convivência por meio da Arquitetura

Carolina Santos Lima, Arquiteta e Urbanista – Residente

Paula Adelaide Santos Moreira, Doutora em Arquitetura e Urbanismo – Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Dezembro de 2018

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Carolina Santos Lima, Arquiteta e Urbanista – Residente

Profa. Dr. Paula Adelaide Mattos Santos Moreira, Arquiteta Urbanista – Tutora

Colaboração:

Olívia Teixeira Santiago, Arquiteta Urbanista

Christina Schade, doutoranda Universität Stuttgart com co-tutela na Universidade Federal da Bahia

Evânio C. J. Miranda, granduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA

Isis Pitanga de Sousa, granduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA

Zayane C. de Oliveira, granduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA

Consultoria:

Profa. Dr. Ângela Maria Gordilho-Souza, Residência AU+E-UFBA

Luana França, Centro de Pesquisa, Consultoria e Estudos de Mercado Ltda - CEPECEM

Maria Rosa dos Santos Vieira, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR- Bahia

Maria Teresa Gomes Do Espirito Santo, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR- Bahia

Apoio:

Eleonora Lisboa Mascia, Caixa Econômica Federal

Patrícia de Sena Britto, Caixa Econômica Federal

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDUR-Salvador

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 31/10/2018

Local: FAUFBA

Residente: Carolina Santos Lima

Título: Residencial Fazenda Grande 8B (MCMV): criando espaços de convivência por meio da Arquitetura

Membros da Banca:

Tutor(a): Profa. Dr. Paula Adelaide Mattos Santos Moreira, Arquiteta Urbanista

Membro Interno: Maria Teresa Gomes Do Espirito Santo, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR- Bahia

Membro Externo: Maria Rosa dos Santos Vieira, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR- Bahia

Representantes da Comunidade: Leonilson Santos de Souza

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe que participou, mais ou menos intensamente, do processo de desenvolvimento deste trabalho em campo. Desde colaboradores, aos membros da equipe e principalmente aos moradores.

Agradeço, principalmente, à minha Tutora, Paula Adelaide, por não deixar de acreditar no meu potencial e sempre me impulsionar e guiar pelos melhores (e possíveis) caminhos. Sem você eu não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço imensamente a Débora e Lucimar, que me ajudaram desde o início, cada uma ao seu modo, a acreditar que tudo daria certo.

RESUMO

Fruto de programa Minha Casa Minha Vida, o Residencial Fazenda Grande 8B, localizado na região administrativa de Cajazeiras X, em Salvador- Bahia, é objeto de estudo deste trabalho. A descrição da atuação técnica na área, legitimada através do processo participativo, exposta e analisada neste documento, tem como objetivo tornar-lo uma ferramenta para que os moradores ganhem força frente os órgãos públicos ou instituições privadas que possam subsidiar melhorias dentro do Residencial.

Assim como na maioria dos empreendimentos do PMCMV, o Residencial Fazenda Grande 8B enfrenta problemas quanto a infraestrutura das áreas comuns, assim como ausência de equipamentos que auxiliam na melhoria da qualidade de vida dos moradores, como de suporte a aquisição ao bens e serviços.

Localizado em malha urbana, mas de maneira que praticamente encontra-se isolado da Cidade ao seu redor, o Residencial conta com particularidades específicas dentro do contexto dos empreendimentos do PMCV. Os residentes, em sua maioria, foram indicados por meio dos movimentos sociais aos quais pertencem. No Residencial, ao todo, são 8 movimentos sociais diferentes atuantes. Se dentro da cidade, conflitos por espaço são conflitos acima de tudo, políticos, no Fazendo Grande 8B, essa realidade é ainda mais latente. Construído como condomínio aberto, os três setores de prédios são ligados por meio de vias públicas, com espaços de utilização comum entre os blocos e em alguns outras áreas dentro da poligonal. Desta forma, existe grande dificuldade, inclusive por meios dos órgãos responsáveis pela sua implantação, do que é público ou privado, do que é de direito do condomínio, do município ou até do indivíduo.

O desenho da disposição espacial dos prédios e até as cores com as quais foram pintados (uma diferente para cada setor) colaboram fortemente para fragmentação do espaço, uma vez que são dispostos de maneira que não fazem conexões entre sim. A questão espacial reflete diretamente no senso de pertencimento dos moradores, com articulação comunitária bastante fragmentada.

Dentro deste contexto, com o intuito do desenvolvimento de trabalho voltado para a arquiteta, foi elaborado um estudo indicando possibilidades de implementações de melhorias para o Residencial. Utilizando o Centro de Convivência como objeto de unificação, almeja-se que o equipamento promova a sociabilidade e crescimento do senso de pertencimento.

Palavras-chave: Assistência Técnica, Arquitetura, Centro de Convivência, Programa Minha Casa Minha Vida, Metodologias Participativas.

ABSTRACT

Fruit of the program Minha Casa Minha Vida, the Residencial Fazenda Grande 8B, located in the administrative region of Cajazeiras X, in Salvador-Bahia, is the object of study of this work. The description of the technical performance in the area, legitimized through the participatory process, exposed and analyzed in this document, aims to make it a tool for residents to gain strength against public agencies or private institutions that can subsidize improvements within the Residential.

As in most PMCMV projects, Fazenda Grande Grande 8B faces problems regarding infrastructure in common areas, as well as lack of equipment that helps improve the quality of life of the residents, as well as support for the acquisition of goods and services.

Located in an urban network, but in a way that is practically isolated from the City around it, the Residential has specific characteristics within the context of PMCV's projects. Residents, for the most part, were nominated through the social movements to which they belong. In the Residential, in total, there are 8 different social movements. If within the city, conflicts over space are conflicts above all, politicians, in Fazenda Grande 8B, that reality is even more latent. Built as an open condominium, the three sections of buildings are linked by public thoroughfares, with spaces commonly used between blocks and in some other areas within the traverse. In this way, there is great difficulty, including by means of the bodies responsible for its implementation, of what is public or private, what is of the right of the condominium, the municipality or even the individual.

The design of the spatial arrangement of the buildings and even the colors with which they were painted (a different one for each sector) collaborate strongly for the fragmentation of the space, since they are arranged so that they do not make connections between yes. The spatial question directly reflects the sense of belonging of the residents, with a very fragmented community articulation.

Within this context, with the intention of developing work for the architect, a study was elaborated indicating possibilities of implementation of improvements for the Residential.

Using the Center of Coexistence as an object of unification, it is hoped that the equipment promotes the sociability and growth of the sense of belonging.

Key words: Technical Assistance, Architecture, Coexistence Center, My Home My Life Program, Participatory Methodologies.

LISTA DE SIGLAS

CEPECEM	Centro de Pesquisa, Consultoria e Estudos de Mercado Ltda
CMP	Central de Movimentos Populares
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
FABS	Federação das Associações de Bairros de Salvador
FG8B	Residencial Fazenda Grande 8B
FLP	Movimento Frente de Luta Popular
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador
MDMT	Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PRPX	Parque em Rede Pedra de Xangô
SAVAM	Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural
SEDUR-Bahia	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEDUR-Salvador	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo
UMP	União de Moradia Popular de Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ponto de comércio construído no Residencial

Figura 2- Lagoa

Figura 3- Parquinho e Quiosque

Figura 4- Projeto construído do Residencial

Figura 5- Mapa de atores

Figura 6- Mapa de localização

Figura 7- Histórico de ocupação do entorno e construção do residencial

Figura 8- Mapa APA Municipal Vale da Av. Assis Valente

Figura 9- Projeto Construído

Figura 10- Residencial com as apropriações

Figura 11 - Pesquisa “sexo do chefe/responsável que recebe bolsa família”

- Figura 12 - Pesquisa “ocupação dos moradores na idade ativa”
- Figura 13 - Pesquisa “regime de ocupação do imóvel”
- Figura 14- Mapa de localização equipamentos no entorno
- Figura 15- Itinerário linhas do transporte público
- Figura 16- Cronologia das atividades em grupo e da colaboradora
- Figura 17- Potenciais locais de implantação do Centro
- Figura 18- Mapas mentais para o Centro de Convivência
- Figura 19- Primeira etapa de desenvolvimento de projeto
- Figura 20- Convexidade
- Figura 21- Coquis do Rua³
- Figura 22- Estudo volumétrico do Módulo
- Figura 23- Estudo volumétrico do Módulo
- Figura 24 - Estudo das possibilidades do Módulo
- Figura 25 - Croqui desenvolvido por morador

Sumário

1	Área, comunidade e termo de doação.....	12
1.1	Nome do bairro e localidade	12
1.2	Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, copia de inscrição, 12	
2	Descrição da área, problemática e justificativa da proposta coletiva de assistência técnica 12	
2.1	Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição da(s) problemática (s)/demanda(s) encontrada(s)	12
2.2	Razões pelas quais a entidade ou proponente(s) apontaram a problemática a ser tratada	13
2.3	Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos.....	17
2.4	Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta.....	19
2.4.1	Características socioeconômicas	25
3	Pesquisas, oficinas, metodologias definidas na proposta coletiva de assistência técnica	30
3.1	Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade .	30
3.2	Os resultados obtidos para a definição dos projetos específicos	37
3.3	Projetos de referência e indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva.	43
3.3.1	Escola de transformação para comunidades empreendedoras – campinas.....	43
3.3.2	Desenvolvimento integrado e sustentável do Parque Valdariosa e do seu entorno 44	
	– Queimadas, Rio de Janeiro	44
	- Minha Casa, Nossas Vidas - Construção coletiva do plano de desenvolvimento territorial sustentável do Residencial Bosque das Bromélias, Salvador/Ba	45
4	Projetos específicos, abordagem conceitual e indicação dos diagnósticos complementos, etapas desenvolvidas e oficinas específicas do projeto individual, para implantação efetiva..	46
4.1	O objetivo geral	46
4.2	O(s) objetivo(s) específico (s).....	46
4.3	Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados, diagnósticos e oficinas específicas.	46
4.3.1	Metodologias adotadas.	47
4.3.2	Diagnósticos e análises técnicas sobre atividades e usos	48
4.3.3	Diagnósticos e análises técnicas sobre locais com potenciais de implantação....	51
4.3.4	Primeiro desenho desenvolvido.....	53
4.3.5	Devolutiva dos moradores e análise técnica.....	55
4.4	Definição de conteúdo, programa, detalhamentos e outras definições do projeto.....	58
4.4.1	Referencial teórico/conceitos	58

4.4.2	Referências	61
4.4.3	Conceito do produto final	62
4.4.4	Módulo-Semente	64
	Fonte: Acervo pessoal, 2018	66
4.5	Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento ou implantação do projeto/ anteprojeto, como subsidio para efetivação de um Termo de Referência.....	66
4.5.1	Processos de mobilização coletiva para maior discussão a respeito do produto.	66
5	Viabilidade institucional, econômica e financeira.....	67
5.1	Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas	67
5.2	Requisitos complementares para implementação	67
5.2.1	Levantamento topográfico e cadastral	67
5.2.2	Estudo de viabilidade de arquitetura - Definição de materiais.....	67
5.2.3	Legislação Urbanística	68
5.2.4	Projeto executivo arquitetônico	68
5.2.5	Projetos Complementares	69
6	Cronograma previsto (prazos previstos para próxima etapa de execução)	69
6.1	Previsão de prazos por atividades, produtos ou etapas subsequentes para desenvolvimento ou implantação do projeto específico.....	69
7	Equipe Técnica e Orçamento previsto (para desenvolvimento da próxima etapa de execução).....	70
7.1	Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços.	70
8	Referências bibliográficas	71
9	Anexos.....	74
9.1	Mapas – Visão Técnica do Espaço	74
9.2	Os pôsteres apresentados, Cópia-A3 e cópia do parecer da banca.	74
9.3	CD contendo o Trabalho de Conclusão e os pôsteres, em arquivos editáveis, além do pdf.	74

1 Área, comunidade e termo de doação

1.1 Nome do bairro e localidade

O conjunto habitacional está instalado na APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô. Com acesso exclusivo através da Avenida Assis Valente, está localizado na região admirativa de Cajazeiras.

1.2 Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, copia de inscrição,

Frente de Luta por Moradia

2 Descrição da área, problemática e justificativa da proposta coletiva de assistência técnica

2.1 Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição da(s) problemática (s)/demanda(s) encontrada(s)

O empreendimento, do Programa Minha Casa Minha Vida - FAR, Fase 1 - Faixa 1, com 560 unidades habitacionais, foi entregue em 2013 para moradores indicados pelos movimentos sociais Frente de Luta Popular, CONAM, FABS, UMP, CMP, MNLM, MDMT e MST.

Este é um dos empreendimentos construídos a partir do plano de desenvolvimento regional “Vale de Fazenda Grande”, idealizado pelo Governo do Estado da Bahia, que previa o desenvolvimento de um complexo habitacional nos bairros Fazenda Grande I, II, III e IV. Entretanto, apenas 8 empreendimentos foram contratados dos 25 projetados. As áreas verdes nas quais seriam implantados os empreendimentos foram destinadas, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016, para formação do Parque em Rede Pedra de Xangô, para proteção do monumento lítico afro-religioso Pedra de Xangô e seu entorno na APA Municipal Assis Valente.

O plano previa que equipamentos públicos seriam distribuídos entre vários empreendimentos habitacionais e, desta forma, os moradores teriam acesso aos serviços públicos disponíveis nos residenciais do entorno. No caso em estudo, uma área de 1364,00m² foi reservada para fins comerciais, entretanto, não foi entregue infraestrutura para os comércios. Desta forma, a área

vem sendo ocupada individualmente pelos moradores de forma desordenada causando impactos ambientais e sociais.

A aproximação do grupo com a comunidade deu-se graças à demanda levada pela Frente de Luta Popular, para a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E). Ainda na fase de análise de demandas pelos discentes do curso, foram feitas visitas às comunidades que procuraram a Residência, para possibilitar a escolha da comunidade que cada equipe viria a atuar ao longo dos meses que transcorreriam. Sendo assim, o primeiro contato efetivo dos residentes com a comunidade, e, portanto, da equipe que viria a atuar na mesma, foi através de visita assistida por professores e coordenadores do curso.

Em meio as questões físicas, ambientais e sociais que envolvem este residencial, o movimento Frente de Luta Popular demanda por serviços de assistência técnica voltados à educação e preservação ambiental, construção e requalificação de equipamentos e áreas de lazer e convívio beneficiando as áreas livres e comuns. No primeiro momento, as demandas do RFG8B levadas até os residentes estavam relacionadas às ocupações de comércio construídos dentro da poligonal do Residencial e às áreas livres e comuns. Após a efetivação da escolha de atuação na área, por parte dos residentes, dividiu-se as frentes de atuação técnica do grupo em dois eixos. Sendo:

Eixo 1 - Espaços Livres e Ambiente: Planejamento da ambientação natural e construída e dos espaços livres do conjunto incluindo suas áreas verdes e de preservação, áreas de lazer e convívio e áreas de cultivo. Residente: Olívia Teixeira Santiago, Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de São João del-Rei.

Eixo 2 - Comunidade, Renda e Pertencimento: Projeto de espaços de comércio, serviços e centro comunitário. Residente: Carolina Santos Lima, Arquiteta e Urbanista, Faculdade Ruy Barbosa.

2.2 Razões pelas quais a entidade ou proponente(s) apontaram a problemática a ser tratada

A demanda relacionada ao comércio deriva da ocupação de áreas comuns com construções erguidas pelos próprios moradores que abrigam bares, lanchonetes, mercearias, ofertas de serviços etc. As construções são feitas sem consenso entre os moradores quanto a qualquer tipo

de característica, não apresentam padrão estético ou locação em solo de forma ordenada. Apesar dos conflitos espaciais causados por esses crescentes equipamentos, existe geração de renda para quem os possui, além de possibilitar a obtenção a mercadorias e serviços por parte dos moradores, uma vez que o acesso e deslocamento para fora do Residencial é um problema acarretado pela sua disposição no contexto urbanístico que está inserido.

Figura 1- Ponto de comércio construído no Residencial



Fonte: Acervo da equipe, 2018

No tocante das áreas livres e comuns, existem executados, conforme previsto em projeto, apenas um campo de futebol, dois quiosques e um parque infantil. Os mesmos encontram-se em estado precário, estando o campo com pouca areia, causando poças; o parque com equipamentos quebrados e os quiosques, anteriormente com instalações mínimas executadas pelos próprios moradores, foi reformado por ação da SEDUR.

Existem ainda outras áreas comuns, livres, como os espaços entre blocos dos prédios, sem função definida e com precária oferta de espaços de convívio. Algumas dessas áreas estão sendo ocupadas por hortas e criação de animais.

Além dessa configuração espacial, devido às condições ambientais do terreno, por ter sido construído diretamente em cima do curso das águas existentes anteriormente na área de preservação ambiental, foi delimitada uma área de proteção de nascente e áreas de preservação de mata no seu interior conformando um ambiente natural rico, porém frágil. A “lagoa”, que estava cercada na entrega do condomínio, hoje encontra-se sem cerca e sem nenhum tipo de ambientação ao seu redor.

Figura 2- Lagoa



Fonte: Acervo da equipe, 2017

Os quiosques, de aproximadamente 5,50x5,50m, apresentam cobertura cerâmica e foram entregues sem instalações elétricas, hidráulicas e até mesmo piso. Abertos dos quatro lados, tendo proteção das intempéries apenas pela cobertura, sujeita os usuários à incidência dos raios solares ou respingos das chuvas. Os próprios moradores instalaram os pisos e puxaram fiação para o ponto de luz existente. Atualmente foi reformado em ação realizada pela SEDUR.

A localização dos quiosques é problemática no tangente da contemplação espacial. Uma vez que os dois estão localizados na adjacência dos prédios do bloco B, espacialmente criou-se o imaginário do pertencimento dos equipamentos apenas aos moradores deste setor, e não dos moradores de forma geral. Foi registrada durante as atividades, a resistência, por parte de alguns moradores dos setores, que indicavam que os quiosques não os contemplavam, preferindo a realização das mesmas em locais mais próximos aos seus setores.

O parque infantil, conforme previsto em projeto, é o único espaço do residencial que se destina para utilização das crianças. Encontra-se instalado entre os dois quiosques, sofrendo da mesma característica de implantação problemática, principalmente no que diz respeito a crianças, uma vez que o desejo dos pais é que estas fiquem mais próximas possíveis do seu alcance de visão. O parque está com os equipamentos quebrados, inserido em cima de solo recoberto por areia, que cria poças de lama quando chove. Há um desejo dos moradores pela criação de uma creche dentro do residencial, conforme foi indicado ter sido promessa do prefeito da cidade de Salvador durante a entrega do empreendimento.

Figura 3- Parquinho e Quiosque



Fonte: Acervo da equipe, 2017

O campo de futebol está localizado próximo a lagoa. É apenas uma área delimitada com areia em seu interior, que além de acumular poças d'água quando chove, oferece o risco de transmissão de doenças. Durante os momentos de intensa incidência solar durante o dia, o uso se faz inviável.

A figura abaixo indicada a disposição espacial dos equipamentos e ambientes citados.

Figura 4- Projeto construído do Residencial



Fonte: Google Maps modificado pela equipe, 2018

2.3 Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos

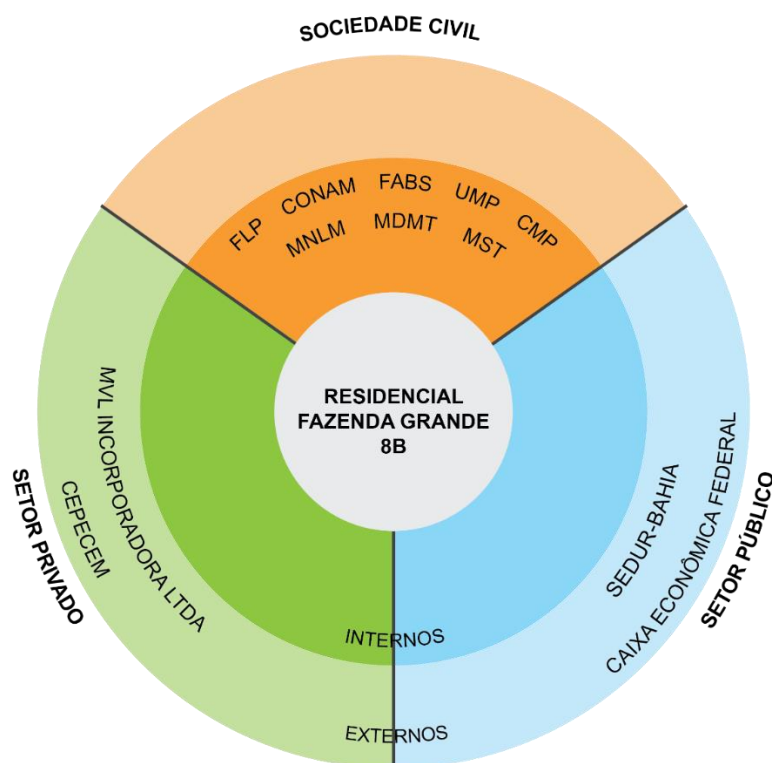
Movimentos sociais promoveram uma forte articulação para consolidação do residencial desde a aprovação da sua construção até o processo de seleção de beneficiários. A seleção dos beneficiários se deu por demanda direcionada na qual havia o compartilhamento de demandas entre Prefeitura Municipal e Estado da Bahia. Em acordo por meio do CONCIDADES definiu-se que seriam atendidas demandas de movimentos sociais constantes no FNHIS que ainda não haviam sido contempladas, além de demandas provenientes de áreas de risco e aluguel social. Devido à esta articulação entre movimentos sociais e órgãos públicos estão presentes, entre os moradores beneficiários, membros e ex-membros de movimentos sociais. Promove-se assim um espaço de múltiplas representações sociais. Estes representantes possuem muitas articulações com entidades sociais e instituições governamentais.

Os principais atores da sociedade civil são relacionados aos oito movimentos sociais que participaram desta articulação, sendo eles: Frente de Luta Popular, CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), FABS (Federação das Associações de Bairros de Salvador), UMP (União de Moradia Popular de Bahia), CMP (Central de Movimentos Populares), MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), MDMT (Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Dentre os atores do setor público identificados estão: Caixa Econômica Federal, agente financeiro e representante do proprietário (FAR-Fundo de Arrendamento Residencial); SEDUR-Bahia, agente estadual responsável pelo cadastro de demandas e pela implementação de Projeto de Trabalho Social de Pós Ocupação.

No setor privado, os atores identificados são: MVL Incorporadora LTDA., responsável pela construção do empreendimento; e CEPECEM, empresa contratada pela SEDUR-Bahia para execução do Projeto de Trabalho Social de Pós Ocupação.

Figura 5- Mapa de atores



Fonte: Desenvolvido pela equipe, 2018

2.4 Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta

O residencial está situado no bairro Fazenda Grande II, que se localiza na região central, no chamado “Miolo” no município de Salvador, Bahia. A região em que está inserido é assistida pela Prefeitura Bairro III- Cajazeiras. Esta região teve rápida expansão na década de 80 quando a URBIS promoveu conjuntos habitacionais populares na região (SERPA, 1997). Desde então, são implantados projetos de habitação popular formando uma grande área de ocupação de baixa renda.

Figura 6- Mapa de localização



Fonte: Acervo da equipe, 2018

Este se insere no vale do Ribeirão Itapuã em uma região com topografia acidentada o que ocasiona uma variação altimétrica de aproximadamente 40m entre este e os prédios circunvizinhos. O vale foi ocupado a partir de 2005 com a construção da Avenida Assis Valente, pelo Governo do Estado através do Programa Sanear. Neste projeto também foram construídas lagoas de estabilização de esgoto pela CONDER às margens da avenida. O Governo do Estado da Bahia previa, a partir do plano de desenvolvimento regional “Vale de Fazenda Grande”, a implementação de um complexo habitacional nos bairros Fazenda Grande I, II, III e IV para maximizar os investimentos feitos pelo Estado em infraestrutura de saneamento e viária. O empreendimento de 644.183,70m² foi dividido em 6 glebas com subdivisões para possibilitar o

aproveitamento gradual e a captação de recursos por fontes variadas: sendo elas Gleba 6, Gleba 7, Gleba 8 - 8A e 8B, Gleba 14 - 14A, 14B, 14C, e 14D, Gleba 15 - 15A, 15B, 15C 15D, 15E, 15F, 15G, 15H, 15I, 15J, 15L, 15M, 15N, 15O, 15P e Gleba 16. Em se tratando de um projeto de Urbanização Integrada, segundo a lei vigente na época, Lei Municipal 3.377/1984, os empreendimentos devem contar com infraestrutura de equipamentos comunitários e urbanos necessários e, em casos como o RFG8B, equipamentos de usos complementares (recreação e lazer, escola, comércio e serviços, outros usos). O plano previa que áreas livres, de recreação e lazer e áreas institucionais seriam distribuídas entre vários empreendimentos habitacionais e, desta forma, os moradores teriam acesso aos serviços públicos disponíveis nos residenciais do entorno. No caso em estudo, uma área de 1364,00m² foi reservada para fins comerciais, entretanto, não foi entregue infraestrutura para os comércios. Desta forma, a área vem sendo ocupada individualmente pelos moradores de forma desordenada causando impactos ambientais e sociais¹.

Entretanto, apenas 8 empreendimentos foram contratados dos 25 projetados. Conseqüentemente, os equipamentos previstos nos empreendimentos não contratados, são inexistentes desencadeando uma situação de vulnerabilidade devido à distância e a mobilidade precária para acessar os equipamentos na região.

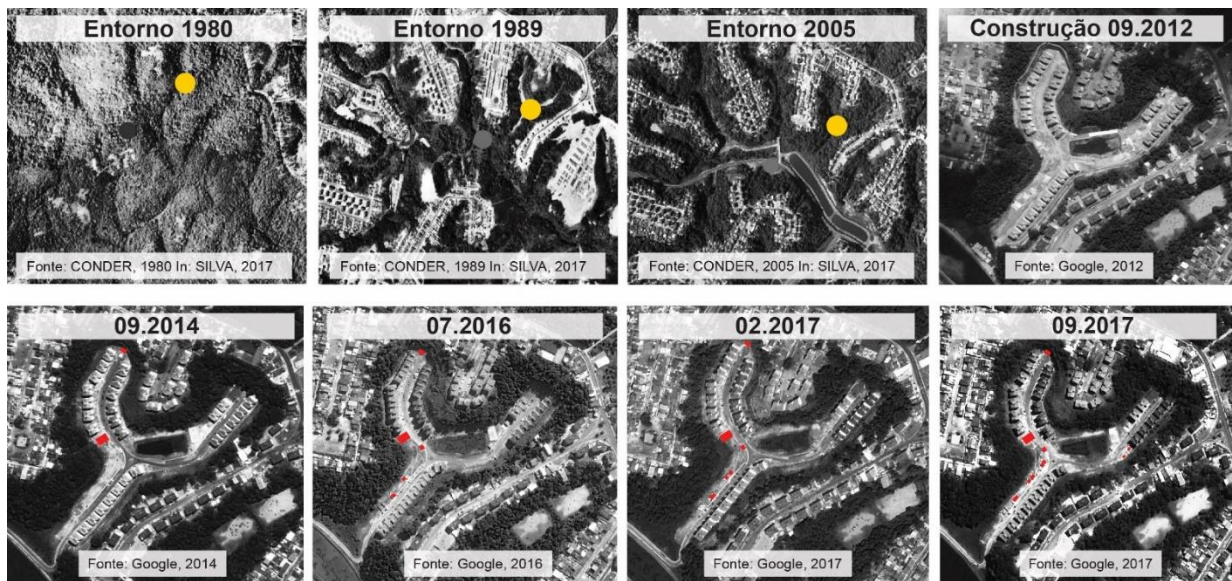
O Conjunto Residencial Fazenda Grande 8b, localizado nas proximidades da Pedra de Xangô é um dos exemplos emblemáticos do que o urbanismo demolidor foi capaz de fazer: partir a cidade, fragmentar os espaços, construir avenidas sem o olhar para quem lá reside e sem respeito à fauna e à flora. Inúmeras nascentes foram aterradas para a construção das unidades habitacionais.

(Silva, 2017, p.69)

A citação acima evidencia os impactos ambientais gerados pela urbanização na região e os danos que devem ser minimizados. Reparar esses danos é impossível, entretanto, busca-se propor iniciativas que minimizem os impactos futuros e preservem o que resta de natural nestes espaços.

¹ Memorial Descritivo do Empreendimento Vale de Fazenda Grande disponível em anexo

Figura 7- Histórico de ocupação do entorno e construção do residencial



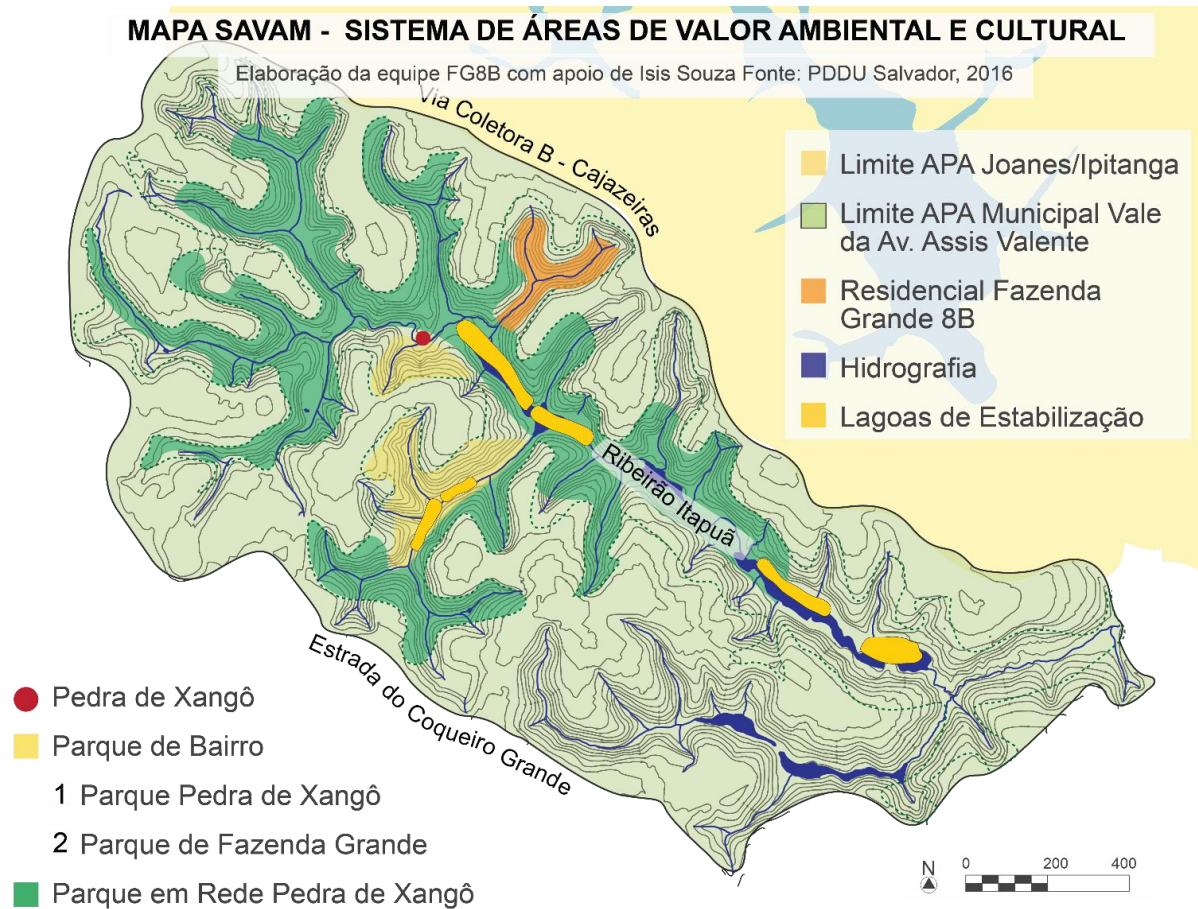
Fonte: Silva, 2017

As áreas verdes nas quais seriam implantados os empreendimentos foram destinadas, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016, à formação do Parque em Rede Pedra de Xangô, a fim de proteger o monumento lítico afro-religioso Pedra de Xangô, seu entorno e as práticas religiosas. O Parque em Rede está inserido na APA Municipal Assis Valente que cria uma unidade de conservação na bacia hidrográfica do Ribeirão Itapuã, abrangendo os bairros Fazenda Grande I, II, II, IV e Boca da Mata.

§1º A Área de Proteção Ambiental – APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô tem por objetivo promover o compartilhamento de seus usos e a ocupação do território do vale do Ribeirão Itapuã com base nas suas características socioambientais e socioculturais, levando em consideração a precípua participação da comunidade e da sociedade civil nos processos de planejamento e de gestão ambiental, bem como o respeito e proteção dos valores histórico-culturais, étnico-religiosos e de seus modos de vida.

SALVADOR, 2016, p.128-129

Figura 8- Mapa APA Municipal Vale da Av. Assis Valente



Fonte: PDDU Salvador 2016 adaptado pela equipe, 2018

O PRPX é fruto da luta das Comunidades de Terreiros e sociedade civil para proteger e preservar Pedra de Xangô, reconhecida como “patrimônio cultural da cidade de Salvador e como geossítio de relevância nacional pela CPRM - Serviços Geológicos do Brasil”². Está sendo elaborado por empresa contratada pela PMS o Diagnóstico sociocultural ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô (PRPX) e os Projetos Executivos do Parque Pedra de Xangô que objetivam garantir a sustentabilidade da área e irão embasar o Plano de Manejo da APA.

Em meio à este ambiente rico, porém em risco, está implantado o RFG8B em uma área de 54.760, 895m² a qual abriga, ao todo 28 blocos de 5 andares, sem elevador, com 4 apartamentos por andar, divididos em 3 setores, denominados pelos moradores de “rosa”, “verde” e “cinza”. O projeto previa uma capacidade populacional de 2240 habitantes distribuídos nos 560 apartamentos de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Os blocos em formato “H” foram

² Pedra de Xangô - Nzazi - Sogbo. Disponível em: <<http://www.pedradexango.com.br/>> Acessado em: 27.10.2018

entregues com acabamento padrão nas fachadas, contando apenas com diferenciação de cores entre os 3 setores. Entretanto, melhorias, reformas e taxas de luz das áreas comuns são de responsabilidade individual dos blocos. Sendo assim, alguns prédios já sofreram alterações na fachada principal que proporcionaram o desenvolvimento de uma identidade visual personalizada. A alteração mais comum é o fechamento de uma pequena área anterior ao hall do prédio e colocação de caixa de correio para o bloco.

Figura 9- Projeto Construído



Fonte: Projeto da Construtora MVL adaptado pela equipe, 2018

Um diferencial do RFG8B é sua grande área verde, 49% da área total do residencial. Devido às características ambientais e hidrológicas do terreno e entorno imediato o Residencial é circundado por áreas verdes e abriga resquícios de mata atlântica e uma nascente preservada que foi represada para criação de uma lagoa, localizada na região central do empreendimento. A divisão física, gerada pela topografia e pela implantação, e técnica, proveniente da setorização, propicia uma divisão social entre os moradores de cada setor. A lagoa, ponto central, é tida como potencialidade a ser desenvolvida com os moradores para integrar o residencial física e socialmente.

A apropriação individual de áreas comuns é um problema recorrente em empreendimentos habitacionais e, no caso em estudo, principal gerador de conflitos entre os residentes. Algumas áreas comuns estão sendo ocupadas para comércio, serviços, hortas, criação de animais, e reserva de terreno. A área delimitada em projeto para comércio foi ocupada pelos próprios moradores por construções que abrigam bares, mercados, sorveteria, salão de beleza, perfumaria e outros usos não identificados. Existem ainda alguns outros pontos comerciais, instalados de forma isolada, em pontos pulverizados ao longo do conjunto, estando próximos ao local da residência de seus proprietários. A ocupação da área de comércio é uma manifestação clara da carência do atendimento de serviços ao residencial e causa justa uma vez que reflete a busca por meios de sobrevivência econômica.

Figura 10- Residencial com as apropriações



Fonte: Projeto da Construtora MVL adaptado pela equipe, 2018

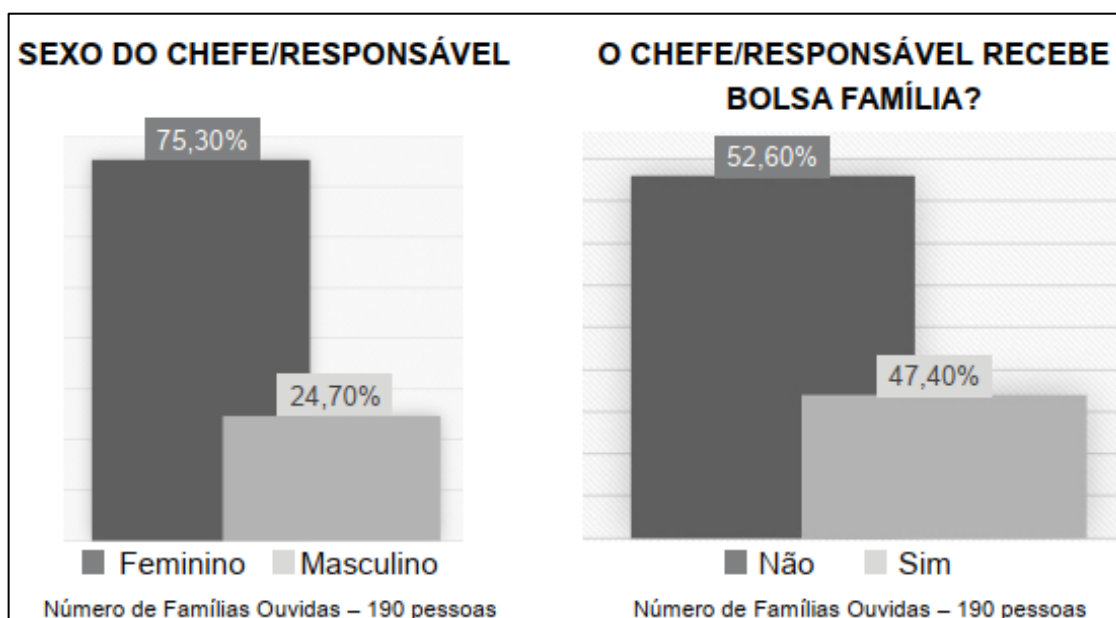
2.4.1 Características socioeconômicas

Para análise das informações socioeconômicas dos beneficiários do empreendimento foi consultado o Diagnóstico Socioprodutivo elaborado em 2017 pela empresa CEPECEM para

sistematizar as informações coletadas durante o trabalho social com intuito de desenvolver atividades no Eixo de Desenvolvimento Pessoal (Geração de Trabalho e Renda - GTR). A pesquisa de caráter censitário não abrangeu o número de domicílios esperado, entrevistando 190 beneficiários, mais de 42% dos domicílios ocupados, entretanto, “considerando a homogeneidade da população em estudo, os resultados são representativos do conjunto dos moradores” (CEPECEM, 2017, p.10).

De acordo aos dados coletados, conforme a figura abaixo mostra, a maior parte dos chefes de família são mulheres. Apesar de se tratar de um empreendimento de Faixa 1 do PMCMV, pouco mais da metade das famílias entrevistadas recebe auxílio do Bolsa Família.

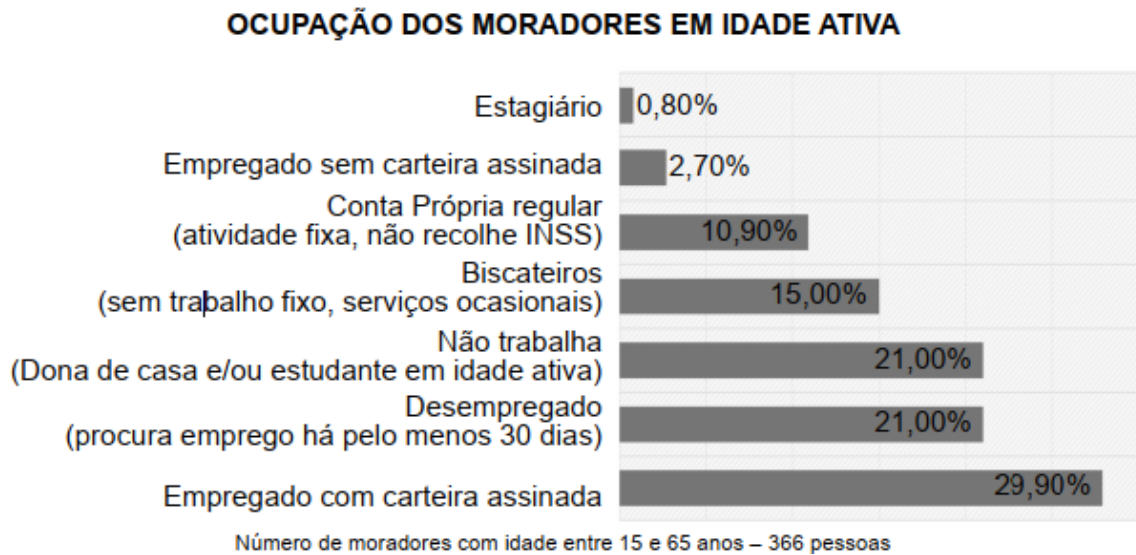
Figura 11



Fonte: Pesquisa domiciliar- Diagnóstico Socioprodutivo, CEPECEM, 2017

Apesar da maioria dos moradores entrevistados declararem que trabalham com carteira assinada, ainda é grande o número de pessoas que encontram-se sem trabalhar ou desempregados.

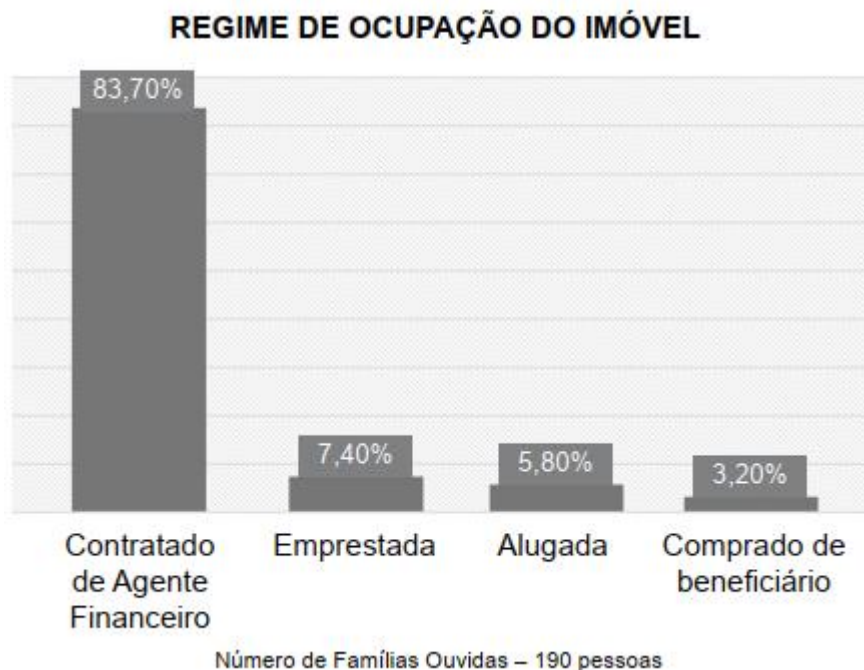
Figura 12



Fonte: Pesquisa domiciliar- Diagnóstico Socioprodutivo, CEPECEM, 2017

A grande maioria dos imóveis está sendo ocupado pelos proprietários do contrato. Poucas unidades estão sendo ocupadas por forma de empréstimo, aluguel ou, até mesmo, compradas do beneficiário.

Figura 13



Fonte: Pesquisa domiciliar- Diagnóstico Socioprodutivo, CEPECEM, 2017

A origem destes moradores é diversa, mas vieram, em grande maioria, de bairros centrais próximos aos principais centros de comércio e serviços da cidade. Com a mudança para a nova moradia as relações sociais, empregatícias e educacionais foram alteradas. Algumas famílias não se adaptam à nova moradia e retornam para seu local de origem ou buscam outras residências em aluguel. O número de unidades não ocupadas pelos beneficiários diretos reflete a deficiência do programa MCMV ao implantar unidades em locais afastados e com infraestrutura insuficiente. As unidades são predominantemente chefiadas por mulheres, sem companheiros, com remuneração inferior a 1 SM. A vulnerabilidade das mulheres se intensifica quando visto que muitas estão desempregadas ou são donas de casa e não recebem o benefício do Bolsa Família.

Todo o sistema de espaços livres da região cria um ambiente de mobilidade dificultada, devido à insegurança, às longas distâncias, ao relevo, e ao transporte público limitado. Num raio de aproximadamente 4km, encontra-se um vasto número de serviços de saúde, educação, comércio e serviços, entretanto, não estão localizados nas imediações do residencial ou, quando estão, há barreiras geográficas que impedem o acesso a pé.

Figura 14- Mapa de localização equipamentos no entorno

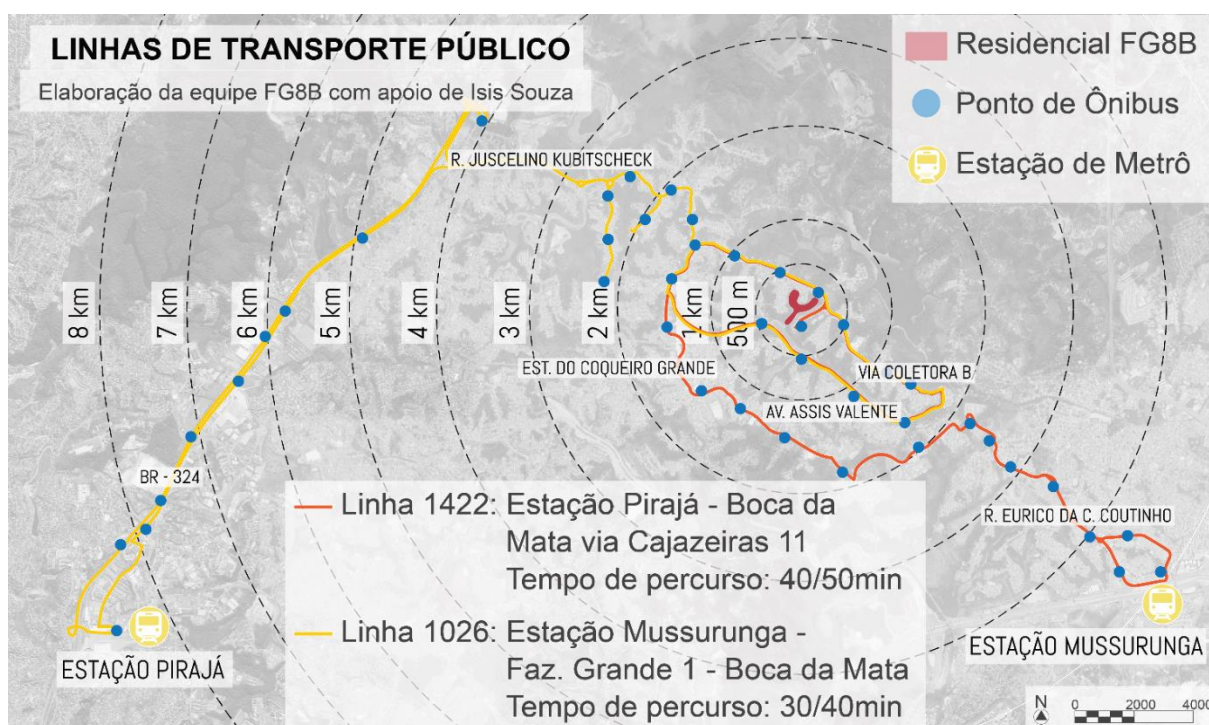


Fonte: Google Maps adaptado pela equipe

Para acessar estes locais existem duas linhas de ônibus que passam na Av. Assis Valente, entretanto, o percurso é longo, a frequência é baixa e o ponto não é acessível para PNE. Os

moradores que tem condições físicas sobem a ladeira para chegar a outro ponto que tem mais opções e frequência de ônibus. Apesar da vasta quantidade de instituições, o acesso às mesmas se dá de maneira dificultosa, tendo em vista que a integração ao sistema de transporte público ainda é muito precária na região do RFG8B, que está praticamente isolado do contexto urbano inserido. Entretanto, embora a dificuldade, todos os moradores em idade escolar, incentivados pelo auxílio Bolsa Família, estão matriculados em alguma instituição de ensino.

Figura 15- Itinerário linhas do transporte público



Fonte: Google Maps adaptado pela equipe, 2018

Existe um ponto de ônibus, conforme ilustrado na figura X, a aproximadamente 290 m do primeiro prédio do conjunto, que só é alimentado por duas linhas: Estação Pirajá e Estação Mussurunga. Após chegar nas estações de integração de nomes homônimos às respectivas linhas, os moradores, poderão ir para região desejada. Além da pouca oferta de transporte coletivo, o percurso dos mesmos é extremamente longo até o destino final, dando muitas voltas, ocasionando num excessivo tempo de deslocamento para os moradores. Com isso, surgiram transportes “informais”, como mototaxi e carros particulares, que levam os moradores de maneira mais rápida e eficaz até seus destinos.

3 Pesquisas, oficinas, metodologias definidas na proposta coletiva de assistência técnica

A área de estudo em questão apresenta especificidades que foram consideradas para traçar as estratégias metodológicas. Diferentemente de outros empreendimentos do MCMV-FAR, neste conjunto as famílias não foram escolhidas por sorteio, mas sim por indicação dos movimentos sociais que ganharam porcentagens de unidades habitacionais. Dentre os beneficiados encontram-se líderes comunitários dos 8 movimentos atuantes. Apesar de possuírem um objetivo comum de luta, a moradia, os movimentos têm visões, necessidades e aspirações diferentes entre eles acerca do espaço comum. Devido a esta característica buscou-se traçar estratégias de aproximação que considerem as esferas de influência dos líderes e os diferentes grupos de afinidades que possam existir.

Outro aspecto relevante é o tamanho do empreendimento e a disposição dos blocos no conjunto. O grande número de pessoas e os agrupamentos dos edifícios em três setores geram subdivisões dentre os moradores. Sendo assim, as metodologias foram pensadas para diferentes escalas: conjunto, setores, blocos, e agrupamentos de redes de contato.

3.1 Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade

Na proposta coletiva foi realizada uma leitura técnico-participativa sobre as áreas comuns e livres do residencial, e dos aspectos sociais, ambientais e econômicos do entorno. Os meios e processos adotados para a leitura técnico-participativa foram embasados na literatura científica de Avaliação Pós Ocupação (NASCIMENTO, 2014; VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2016; RHEINGANTZ et al,2009), selecionando métodos direcionados aos aspectos objetivos e subjetivos que envolvem o meio externo e as pessoas e em metodologias e técnicas participativas e integrativas (GIANNELLA; MOURA, 2009; ROCHA; MOURA, 2016), a fim de manter com um profundo olhar sobre as relações socioespaciais, o território e as problemáticas existentes.

As metodologias de APO são aplicadas no contexto do PMCMV com o objetivo de acompanhar os resultados dos projetos avaliando a situação real dos conjuntos habitacionais. A avaliação é necessária para identificar aspectos que sirvam de referência para aprimoramento do PMCMV e delimitação de demandas latentes tornando-se suporte para futuras ações de qualificação. São analisados tanto aspectos objetivos como: infra-estrutura, superestrutura urbana e áreas livres em geral, avaliação do(s) sistema(s) construtivo(s), avaliação energética e do conforto

ambiental, avaliação econômico-funcional, avaliação funcional; quanto subjetivos, avançando nas questões de relação de vizinhança, bem-estar coletivo e satisfação dos beneficiários (ROMERO; ORSTEN, 2003; VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2016).

A delimitação dos procedimentos metodológicos foi embasada na pesquisa de Villa; Saramago; Garcia (2016). Os autores desenvolveram uma metodologia para a avaliação dos aspectos funcionais, comportamentais e ambientais por meio de “Instrumentos de coletas de dados” e “Instrumentos de Aplicação” utilizando métodos técnico-participativos (VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2016). Para coleta de dados técnicos sobre o empreendimento assim como as análises das legislações incidentes pautou-se na experiência avaliativa do PMCMV na Região Metropolitana de Belo Horizonte realizada pelo grupo Práxis da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2014. A pesquisa caracteriza e analisa os aspectos territoriais e os impactos urbano-ambientais e socioespaciais com um olhar crítico sobre a produção da moradia e as contradições legislativas para viabilização dos projetos (NASCIMENTO, 2014). Os Instrumentos de Aplicação foram selecionados e adaptados para se adequarem a realidade do grupo social. Desta forma priorizou-se instrumentos que permitissem maior integração entre os moderadores e os participantes e participação. Dentre os instrumentos para Análise e Conexão foram utilizados Biomapas, Mapas Mentais e Entrevistas. O uso de instrumentos que tendem à subjetividade e que tendem à objetividade permite confrontar os resultados a fim de promover uma análise mais ampla dos aspectos.

Metodologias participativas e integrativas são importantes ferramentas para o desenvolvimento de uma relação de confiabilidade entre a comunidade e as assistentes técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos participativos na assistência técnica. Estas metodologias promovem o reconhecimento de informações qualitativas e quantitativas a respeito da sociedade e do espaço, e integram os usuários ao processo de desenvolvimento dos projetos ampliando a escala de participação e conduzindo os participantes à emancipação (GIANNELLA; MOURA, 2009).

Embasadas nas técnicas e procedimentos acima citados desenvolveu-se uma metodologia específica para o caso de estudo dividida em etapas de acordo com a função:

LEVANTAMENTO DE DADOS		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	Levantamento de dados	Levantamento do construído
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Acessar dados técnicos sobre o empreendimento (informações gráficas sobre o projeto, profissionais envolvidos e empresa responsável); - Legislações aplicadas; - Infraestrutura local e do entorno; - Mobilidade urbana; - Aspectos sociais, ambientais e Econômicos; - Movimentos sociais envolvidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aferir medidas e desenho das áreas comuns para correção das informações gráficas do projeto arquitetônico proposto; - Catalogar os pontos de comércio e serviços.
MATERIAIS E TÉCNICAS	Levantamentos de dados com órgãos responsáveis.	Medições e registro fotográfico.

CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS E FAMILIARIDADE		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	OBJETIVOS	MATERIAIS E TÉCNICAS
DIVULGAÇÃO DO PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar o início do trabalho de Assistência Técnica; - Reconhecer a área; - Fazer contato inicial com moradores. 	Folder para divulgação por meio digital, entrega nas unidades habitacionais e fixação em pontos estratégicos.

<p>ENCONTRO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a equipe de Assistência Técnica, objetivos e limites do trabalho; - Conhecer a dinâmica entre os moradores, lideranças e pessoas influentes; - Conhecer as expectativas da comunidade; - Definir calendário de atividades. 	<p>Roda de conversa</p>
<p>ENTREVISTAS</p>	<p>Identificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complementariedade e sinergia dos atores envolvidos; - Fatos históricos; - Percepção sobre o espaço; - Apropriações dos usuários. 	<p>Entrevistas semiestruturadas.</p>

ANÁLISE E CONEXÃO				
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	Análise de usos	Grupos Focais	Observação	Oficina participativa
OBJETIVOS	Identificar: - Usos e ocupações nas áreas comuns; - Atividades recorrentes; - Degradantes ambientais	Identificar: - Agentes de produção e gestão do espaço; - Passado, presente e futuro	Identificar: - Aspectos sociais, ambientais, estruturais e comportamentais; - Formas de apropriação e intervenção no espaço; - Características gerais do ambiente	- Compatibilizar e complementar o mapeamento participativo; - Delimitar problemas a serem enfrentados
MATERIAIS E TÉCNICAS	Entrevistas semi-estruturadas, dinâmicas dos grupos focais, observação incorporada	Mapa mental e Biomapa	Observação, anotações textuais, fotografias, filmagens.	Dinâmica em grupo, exposição e discussão do Biomapa, enquete

CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS E FAMILIARIDADE		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	OBJETIVOS	MATERIAIS E TÉCNICAS
ANÁLISE DE USOS	Identificar: - Usos e ocupações nas áreas comuns; - Atividades recorrentes; - Degradantes ambientais.	Entrevistas semi-estruturadas; Dinâmicas dos grupos focais; Observação incorporada.
GRUPOS FOCAIS	- Entender a relação dos moradores com a espacialidade do Residencial, - Compreender a leitura do espaço pelo morador, levando-se subjetivamente em consideração a variante	Mapa mental; Biomapa.

	do setor que o morador reside.	
OBSERVAÇÃO	Identificar: <ul style="list-style-type: none"> - Complementariedade e sinergia dos atores envolvidos; - Fatos históricos; - Percepção sobre o espaço; - Apropriações dos usuários. 	Observação; Anotações textuais; fotografias; filmagens.
OFICINA PARTICIPATIVA	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilizar e complementar o mapeamento participativo; - Delimitar problemas a serem enfrentados 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica em grupo, exposição e discussão do Biomapa; - Enquete.

A equipe contou também a colaboração de Christina Schade, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universität Stuttgart com co-tutela na Universidade Federal da Bahia, que acompanhou o trabalho como parte da sua pesquisa intitulada "Capabilities in urban development"

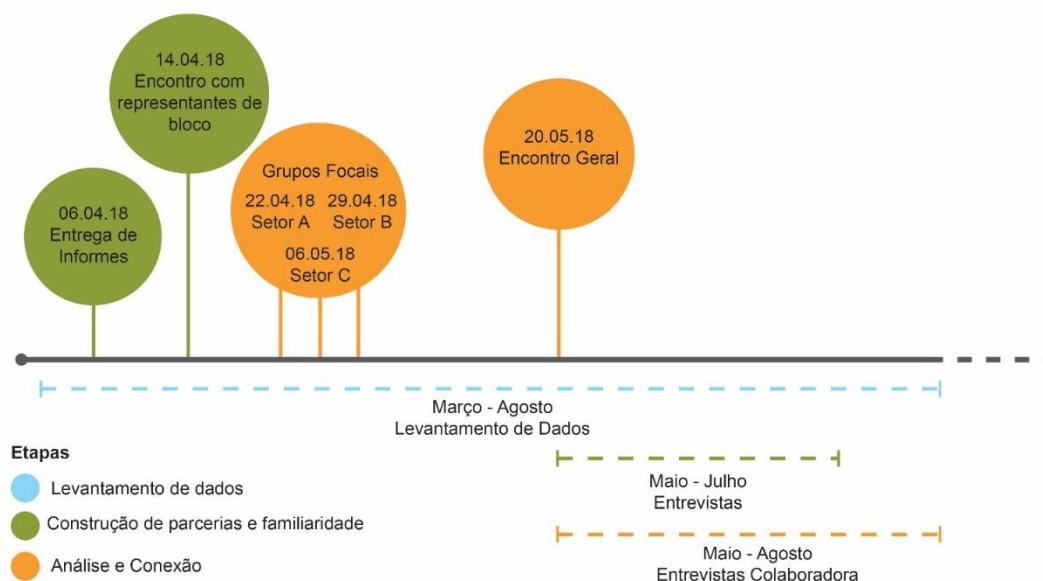
A pesquisa objetiva repensar intervenções urbanas em termos de capacidades individuais e coletivas e está acompanhando a Terceira turma da Residência AU+E com o objetivo de assessorar o processo participativo, tendo escolhido o grupo do residencial FG8B como estudo de caso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	PESQUISA QUALITATIVA
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer usos atuais no espaço - Identificar os obstáculos à realização de usos desejados
ÁREAS DE ENFOQUE	<ul style="list-style-type: none"> - Aspetos de uma boa vida - Atividades valorizadas já realizadas - Mudanças no bairro mais desejadas - Atividades valorizadas desejadas - Obstáculos a realização de atividades desejadas
MATERIAIS E TÉCNICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de dados: Entrevistas semi-estruturadas - Análise: Análise qualitativa de conteúdo
PÚBLICO ALVO	- Homens + Mulheres de 15+ anos
ESCOLHA DE PARTICIPANTES	- Lideranças e pessoas ativas no desenvolvimento da comunidade, auto-indicação, indicação dos entrevistados

Parte das informações coletadas durante as entrevistas foram disponibilizadas à equipe para complementar os dados de Análise e Conexão. As entrevistas, realizadas individualmente, com 15 homens, 16 mulheres, entre 13 e 73 anos, entre 23 de maio e 22 de agosto, prezam pela análise do contexto pessoal para discutir, problematizar e apontar diretrizes para o contexto coletivo. Desta forma, os dados coletados foram complementares aos dados coletados pela equipe a partir de métodos e técnicas executadas em grupos.

As atividades em grupo e da colaboradora foram realizadas em 8 encontros coletivos e 31 entrevistas, apresentadas cronologicamente pela imagem abaixo:

Figura 16- Cronologia das atividades em grupo e da colaboradora



Fonte: Acervo da equipe, 2018

3.2 Os resultados obtidos para a definição dos projetos específicos

Ao longo do processo da atuação da Residência na área, as demandas iniciais foram assumindo novos formatos, em consequência do contato direto com maior número de moradores e busca por compreensão do Espaço. Os processos e resultados das atividades diagnósticas, desenvolvidas com os moradores, guiaram a definição das problemáticas priorizadas para serem trabalhadas.

As atividades do processo participativo foram desenvolvidas conjuntamente até a etapa correspondente ao diagnóstico. Quando o processo estreitou para o desenvolvimento das propostas específicas, cada um dos Eixos de atuação inclinou-se para as metodologias mais pertinentes ao seu avanço.

Pela especificidade do conjunto, como a atuação de diversos movimentos populares, a equipe planejou, inicialmente, um contato primário por meio dos líderes comunitários de cada movimento atuante. Esta estratégia, que visava a aproximação com o maior número possível de moradores ressaltando a imparcialidade política da atuação da Residência em terreno de disputas, não se mostrou viável. Pressupunha-se que as lideranças iriam congregar para os encontros pessoas sob sua esfera de influência, entretanto, ao planejar a atividade com uma das lideranças concordou-se que um encontro inicial com todos os moradores para apresentação do

grupo de trabalho seria mais adequado. Sendo assim, o contato de aproximação, que seria realizado em pequenos grupos, e não com uma ação única para o conjunto, precisou ser reformulada.

A seguir, estão descritas as etapas apresentadas acima, com seus devidos desafios e resultados.

LEVANTAMENTO DE DADOS		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	LEVANTAMENTO DE DADOS	LEVANTAMENTO DO CONSTRUÍDO
FONTES DE INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Informações gráficas sobre os projetos, infraestrutura, restrições urbanísticas e demais legislações cabíveis: Caixa Econômica Federal e SEDUR-Salvador - Dados gerais sobre o conjunto: Caixa Econômica Federal e SEDUR-Bahia Legislações cabíveis à APA: INCRA 	Levantamento in loco das áreas que não foram construídas de acordo com o projeto.
DIFICULDADES	Inconsistência de desenhos encontrados como aprovados para execução do projeto.	Devido ao grande porte do empreendimento não foi possível confirmar a compatibilidade entre o projeto proposto e o construído.
RESULTADOS	Obtenção de desenhos e dados que se tornaram ferramentas para o desenvolvimento das atividades que vieram a acontecer em seguida.	Aprimoramento de parte da base gráfica para utilização no desenvolvimento dos projetos.

CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS E FAMILIARIDADE			
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	DIVULGAÇÃO DO PROJETO	ENCONTRO	ENTREVISTAS
PÚBLICO ALVO	Moradores dos 560 apartamentos.	Representante dos blocos, primordialmente, e demais moradores	Lideranças e moradores influentes
PARTICIPANTES	-	31 pessoas	7 pessoas
DIFICULDADES	Contemplação da totalidade dos moradores.	Espaço com infraestrutura adequada para que se fosse oferecida uma reunião com mais recursos imagéticos e conforto.	As divergências entre alguns representantes impossibilitaram o encontro para debate, desta forma foram realizadas entrevistas individuais.
RESULTADOS	Pelo fato da divulgação não ter chegado de forma efetiva, muitos moradores relataram não saber da existência da atuação da Residência no local. Acredita-se que pelo modo de divulgação, unicamente por forma escrita, não conseguiu atingir a todos que se pretendia.	Em decorrência dos resultados da divulgação, houve um número não muito grande de participantes comparativamente ao que se era esperado. No entanto, moradores presentes relataram haver uma quantidade significativa de participantes para as reuniões que já aconteceram no condomínio.	Durante as entrevistas foram esclarecidas informações sobre a seleção dos beneficiários, as complementariedade e sinergia entre os representantes e os movimentos sociais, os principais acontecimentos históricos, e a primeira eleição e atuação do grupo gestor.

ANÁLISE E CONEXÃO		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	ANÁLISE DE USOS	GRUPOS FOCAIS
PÚBLICO ALVO	Moradores dos 560 apartamentos.	Moradores dos Setores A, B e C
PARTICIPANTES	51 pessoas diretamente + observação	44 pessoas
DIFICULDADES	<p>A tendência durante as atividades é que os assuntos abordados sejam relacionados aos problemas existentes, acontecimentos passados, e desejos de futuro, tornando difícil o entendimento das atividades e práticas no residencial. Essas informações tornaram-se mais claras a partir das observações e entrevistas individuais.</p>	<p>Ausência de local com infraestrutura adequada para a realização das atividades.</p> <p>Demora para conseguir dar início as atividades, seja por conta da necessidade de “montar o espaço” a cada atividades, seja pela chegada dos participantes depois dos horários combinados;</p> <p>Dificuldade de guiar a atividade para descrição do contexto atual, já que era muito comum os participantes querem falar mais de sonhos ou desejos.</p>

RESULTADOS	Levantamento e análise dos principais usos ocorrentes nas áreas comuns.	<p>Mapa Metal:</p> <p>Visualização de como os participantes percebem e descrevem o espaço que moram.</p> <p>Alguns participantes desenharam problemas, enquanto outros elementos em potenciais do espaço, ou ainda projeção de sonhos.</p> <p>Biomapa:</p> <p>Possibilidade de analisar como os moradores de cada um dos setores pontuam as atividades que acontecem no local. Deixou mais evidente a fragmentação do conjunto, que evidencia a não construção de uma comunidade.</p> <p>Através dessa atividade, com o cruzamento de dados dos mapas gerados a cada atividade, foi possível se desenvolver três novos mapas¹.</p>
-------------------	---	---

ANÁLISE E CONEXÃO		
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	OBSERVAÇÃO	OFICINA PARTICIPATIVA
PÚBLICO ALVO	Moradores do residencial	Moradores do residencial
PARTICIPANTES	-	18 pessoas

<p>DIFICULDADES</p>	<p>As observações aconteciam durante visitas ao residencial em dias de atividades. As atividades ocorreram em tempos variados possibilitando uma análise ampla dos usos em diferentes dias da semana e horários. Entretanto, nem todas atividades indicadas puderam ser observadas, dentre elas os cultos e a sopa.</p>	<p>Foco no discurso em cima dos matérias levados, uma vez que nesse ponto das atividades, já começava a haver indicações mais claras das novas demandas.</p> <p>Esclarecimento da delimitação de atuação dos profissionais envolvidos de acordo as demandas solicitadas.</p>
<p>RESULTADOS</p>	<p>Levantamento dos principais usos ocorrentes nas áreas comuns.</p>	<p>Definição das novas linhas de trabalho dos Eixos 1 e 2, de acordo com suas possibilidades de atuação, uma vez que foi possível se elencar uma escala de prioridades junto aos moradores.</p>

Foram desenvolvidos três novos mapas como resultado dessa atividade. O primeiro deles, “O Espaço”, com base nas informações dos moradores, descrever as características do espaço, como a presença dos elementos ou fenômenos que o compõe/afeta. O segundo mapa, “Interação com o espaço”, também construído com base nas informações dos moradores, pontua as atividades que ocorrem no espaço. O terceiro mapa, “Visão técnica do espaço”, contempla as análises feitas pela equipe técnica em cima das informações adquiridas ao longo do processo da Residência, assim como os presentes nos dois mapas citados acima. Ressalta os principais pontos para compressão do espaço enquanto objeto de intervenções futuras. Pontua locais de potenciais conflitos, características físicas, dinâmicas de interação etc.

Durante o processo de Análise e Conexão duas questões nortearam a mudança das demandas a serem atendidas. Primeiramente, foi identificada uma demanda prioritária para os moradores que não havia sido trazida pela representante: o transporte. Apesar de não ser foco da assistência

técnica em Arquitetura e Urbanismo o transporte foi a demanda mais presente em todos encontros e centro das discussões. Tornou-se claro para as residentes que era essencial a abordagem da temática, uma vez que a participação dos moradores nas atividades era frequentemente tratando de queixas e propostas para o transporte, fato que dificultava o desenvolvimento da programação. Desta forma, a mobilidade foi incluída entre as demandas iniciais. A segunda alteração está relacionada à demanda do comércio que, deixou de ser foco de projeto arquitetônico para ser tratada com diretrizes de organização. A mudança foi acordada entre residentes e representante uma vez que foi observada a divergência de pensamentos entre os moradores acerca da área de comércio. Apesar de existir uma área delimitada em projeto para o comércio, muitos moradores creem que na área deveria ser construída creche e escola, prometidas pelo prefeito durante entrega das chaves em 2013. Desde então, muitos moradores se posicionam contrários ao comércio. Outra parte dos moradores reconhece a importância econômica, social, e de segurança do comércio e é a favor da reestruturação dos pontos. Neste contexto, diante do curto prazo de atuação da assistência técnica e das competências das profissionais residentes, foi alterada a demanda.

Sendo assim, as demandas geradas são:

- Melhoria nos fatores ligados ao transporte público;
- Qualificação das áreas livres comuns;
- Formação de grupo gestor atuante;
- Desenvolvimento do centro de convivência

3.3 Projetos de referência e indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva.

3.3.1 Escola de transformação para comunidades empreendedoras – campinas

Abrangendo 3 empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo eles Sirius, Abaeté e Jardim Bassoli, o objetivo central do projeto é “incentivar o processo de mobilização comunitária que apoie os moradores a se tornarem cidadãos ativos na dinamização e transformação do território, tornando-os responsáveis pela melhoria das condições urbanas, ambientais, econômicas, sociais, políticas e institucionais, em busca da qualidade de vida das famílias mobilizadas”.

Através de processos participativos, o projeto utiliza como estratégia para reunir as partes envolvidas a motivação através da mobilização para “valorização do que os moradores querem, gostam e fazem bem”.

O primeiro ciclo de atividades compreende na descoberta da realidade local e estabelecimento de parcerias, onde foram descobertos os equipamentos públicos que atendiam aos moradores de cada um dos bairros, chegando-se assim a conclusão dos desafios e oportunidades oriundas de cada uma das situações.

O segundo ciclo, “mobilização e impulso”, consiste em “reunir as pessoas em torno de um sonho comum, apoiar a formação de grupos comunitários e desenvolver projetos comunitários”, através de vivências, realização de encontros, realização de festivais e desenvolvimento participativo de projetos.

O terceiro ciclo, “ação e formação”, compreende o “apoio aos projetos comunitários e sua evolução”, através de vivências, encontros temáticos, oficinas audiovisuais, equipes transformadoras e desenvolvimento participativo de projetos; o ciclo quatro, “consolidação e apoio”.

O quarto ciclo, “consolidação e avaliação”, consiste no “apoio aos projetos selecionados em edital, assessoria técnica especializada na temática do projeto, construção de planejamento plurianual para o território e sistematização e avaliação do processo”, por meio de realização de oficiais práticas, desenvolvimento de projetos e plano plurianual, seleção de projetos selecionados e festival para apresentação de resultados.

3.3.2 Desenvolvimento integrado e sustentável do Parque Valdariosa e do seu entorno

– Queimadas, Rio de Janeiro

Com atuação no Conjunto Habitacional Parque Valdariosa e seu entorno, o projeto foi executado por meio gestão compartilhada pelo IETS, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Metrôpolis Projetos Urbanos (MPU), com pauta em cinco eixos norteadores, sendo eles:

1º. Construção do Diagnóstico Técnico, Participativo e Político Institucional;

2°. Construção do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e construção/consolidação da Agenda Local;

3°. Definição do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e consolidação da Agenda Local;

4°. Assistência Técnica do processo de consolidação da Agenda Local;

5°. Gestão Compartilhada e Monitoramento/avaliação.

No que diz respeito à Agenda Local, o conceito configura-se tendo em vista “A identificação conjunta das propostas no âmbito do Plano se configura como um exercício de fortalecimento dos processos de definição de prioridades e tomadas de decisão coletiva, visando o fortalecimento dos atores para a sua elaboração autônoma e busca por parceiros e apoios para a sua efetivação”.

O projeto tangencia aspectos vinculados a governança condominial, sustentabilidade financeira, segurança territorial e autoestima coletiva. “Seu objetivo é criar identidade do morador com o local através de ações que preserve o território, estruture uma governança e garanta a sustentabilidade financeira do CH Valdariosa”.

Dentre os resultados esperados está a contribuição para novas oportunidades de geração de renda, melhor gerenciamento do lixo, propostas de espaços de convivência social, realização de oficinas de aprendizagem, promoção do senso de pertencimento e de vizinhança, promoção do protagonismo cidadão etc.

- Minha Casa, Nossas Vidas - Construção coletiva do plano de desenvolvimento territorial sustentável do Residencial Bosque das Bromélias, Salvador/Ba

Iniciativa do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia – CIAGS/UFBA, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através de processo participativo, o Plano teve como metas:

- Contextualização do Cenário e Diagnóstico;
- Formação Cidadã e Integração Socioproductiva
- Integração Cultural/Comunicação e cultura;
- Requalificação de áreas verdes;
- Saúde e qualidade de vida;
- Governança territorial.

4 Projetos específicos, abordagem conceitual e indicação dos diagnósticos complementos, etapas desenvolvidas e oficinas específicas do projeto individual, para implantação efetiva

4.1 O objetivo geral

Indicar modelos e estudos necessários para implantação do Centro de Convivência do Residencial Fazenda Grande 8B.

4.2 O(s) objetivo(s) específico (s)

Através dos processos de mobilização e indicações do estudo, indicar a criação do Centro de Convivência enquanto equipamento que tenha o papel de:

- Estimular nos moradores:
 - Reconhecimento do lugar;
 - Senso de pertencimento;
 - Sociabilidade;
 - Construção do senso de comunidade;
 - Mobilização da inteligência coletiva;
 - Identificação dos talentos coletivos.
- Produzir em relação a espacialização:
 - Ambientes acolhedores;
 - Integração;
 - Diminuição das consequências da arquitetura fragmentada do projeto original;
 - Conectividade.

4.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados, diagnósticos e oficinas específicas.

O desenho do espaço construído que abrange a poligonal do Residencial Fazenda Grande 8B apresenta características que contribuem fortemente para fragmentação tanto espacial, como,

consequentemente, social. A inserção urbana na cidade (ou a falta dela!) é problemática, uma vez que região se encontra isolada na malha urbana; com precário serviço de transporte público para fazer a conexão com as demais localidades e acesso a bens e serviços básicos, como saúde, educação e mercadorias de qualquer espécie.

Somado a esse contexto, ao processo de mobilização durante a Residência, aos resultados obtidos com o mesmo e intenção de trabalho com criação de espaços construídos através da arquitetura, chegou-se à conclusão do Centro de Convivência como objeto de trabalho.

4.3.1 Metodologias adotadas.

Embasadas nas técnicas e procedimentos já citados no decorrer do documento, desenvolveu-se uma metodologia específica para o caso de estudo para entender qual o melhor caminho de construção coletiva das indicações e reflexões sobre o Centro de Convivência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	OBJETIVOS	MATERIAIS E TÉCNICAS
Atividades que o Centro abrigará	Escolher, juntamente com os moradores, quais tipos de atividade o Centro de Convivência deveria abrir.	“Varal das demandas” e roda de conversa.
Discursão sobre local de implantação	Refletir sobre os espaços que compõem o Residencial e quais tem potencial de receber ao Centro	Roda de conversa em cima de mapa.
Disposição espacial dos ambientes internos	Entender, dentro do contexto inserido, dos usos e vivências dos usuários, quais melhores soluções espaciais.	Mapa mental
Revisão participativa da proposta de projeto	Ajustar o projeto refletindo sobre os pontos problemáticos apontados.	Mapa mental e roda de conversa.

Contato com o Grupo Gestor	Entender o papel do Grupo Gestor no Residencial e quais possibilidades de colaboração para o Centro.	Entrevista semiestruturada
Disposição espacial da nova indicação de projeto	Discutir como as novas indicações de projeto podem ser melhor implantadas espacialmente.	Maquete e roda de conversa.

4.3.2 Diagnósticos e análises técnicas sobre atividades e usos

Através das atividades realizadas em campo, os moradores indicaram demandas crescentes, que abrangiam uma vasta rede de atividades profissionais para saná-las. Dentre essas demandas, foram selecionadas, pela equipe técnica, as que poderiam se converter em um produto arquitetônico para definição de um programa de necessidades inicial. As demandas inicialmente indicadas/selecionadas foram:

- Sede do grupo gestor;
- Espaços para eventos comunitários;
- Espaço recreativo para crianças;
- Espaço para geração de renda;
- Atividades religiosas;
- Salas para receber capacitação;
- Sanitários.

Após nova atividade e discussão em campo, chegou-se à conclusão, através dos indicativos dados pelos moradores e analisados pela equipe técnica, que alguns dos usos/atividades indicadas se inviabilizam no tocante de terem espaços reservados exclusivamente para seu desenvolvimento. São elas:

- Atividades religiosas:

Inicialmente havia sido indicado que um espaço para desenvolvimento de atividades religiosa contemplaria a todos os moradores, levando-se em consideração que as atividades poderiam ser desenvolvidas independente da religião ou crença religiosa que fosse solicitado o espaço, funcionando de modo semelhante a um centro ecumênico.

O que se constatou quando levada a ideia de volta aos moradores para a discussão, foi que existe uma divergência muito grande sobre o entendimento da legitimação das mais diversas expressões religiosas existentes.

A equipe técnica concluiu, por conta do contexto, que um espaço construído exclusivamente para essa finalidade poderia culminar num monopólio voltado para alguma religião específica, se tornando assim um espaço de segregação. Entretanto, a decisão de tirar atividade do programa enquanto espaço construído, não significa que induz aos moradores a não prática de atividades religiosas. Pelo contrário, reafirma a necessidade de gestão coletiva do espaço, realizando a atividade em outra área presente no programa, estimulando o uso misto e diversificado dos espaços.

- Espaço para geração de renda

A questão da utilização do espaço coletivo para desenvolvimento de atividades de geração de renda para o indivíduo já se encontra vigente, e a cada momento mais crescente, no interior do Residencial. Os comércios construídos já produzem esse tipo de atividade econômica de lucro individual. Assim como o espaço exclusivo para atividades religiosas poderia causar um monopólio equivocado, no contexto do Centro de Convivência, as atividades para geração de renda poderiam seguir o mesmo viés. Por isso, o ideal indicado, é que em vez de espaços exclusivos e segregadores, essas atividades tenham características mais coletivas, como artesanato, reciclagem etc. Dessa maneira, podem ser realizadas nos espaços de utilização comum do Centro, estimulando o uso misto desses espaços.

- Sanitários

Sanitários no modelo formal demandam necessidade de constante manutenção, acima da média de qualquer outro ambiente. A indicação para a viabilidade do equipamento do Centro ser realmente eficaz, não se tratando de mais um espaço edificado abandonado, é que os sanitários

sejam pensados de uma forma alternativa, que atendam suas necessidades mínimas, mas com menor área e características construtivas de menor necessidade de manutenção possíveis.

Além das primeiras demandas espaciais/de atividades, ao longo do processo, surgiram mais indicações que poderiam compor o espaço e foram absorvidos pela equipe técnica da seguinte maneira:

- Biblioteca

Pelas mesmas questões da construção de espaços formais como os sanitários, a biblioteca necessitaria de manutenção mais atenta, o que poderia culminar em um espaço subutilizado ou simplesmente abandonado. Entretanto, a biblioteca é uma ferramenta de importante papel no empoderamento comunitário, uma vez que é uma ferramenta de empoderamento também de cada um dos indivíduos, sendo grande fonte de propagação de saberes e conhecimento.

- Cozinha

Para um espaço como uma cozinha, existe a necessidade de mobilização coletiva de gestão, tanto por conta da manutenção, como para utilização correta, que não transforme o espaço para utilização individual ou de grupo seletivo, para geração de renda privada.

São atividades com potenciais de fortificação do senso de pertencimento:

- Espaços para sociabilidade

Nas atividades dos grupos focais, conforme indicado no mapa "...", são ausentes espaços pensados para socialidade, ou que pelo menos apenas estimule as mesmas. As conversas acontecem nas portas dos prédios, que não foi pensado para esse tipo de atividade, não dando nenhum tipo de conforto aos moradores.

Os espaços construídos que são utilizados para esses fins, são os bares, que se transformam em pontos de convergência de pessoas, dando a possibilidade de interação com outras.

- Espaços para receber atividades culturais

Durante atividade de grupo focal com moradores do setor C, foram identificados moradores com potenciais artísticos/culturais, que registraram que gostariam que houvesse atividades culturais, principalmente com a participação dos jovens, envolvendo música, por exemplo.

- Espaços adequados para crianças

O parque infantil, conforme previsto em projeto, é o único espaço do residencial que se destina para utilização das crianças. Encontra-se instalado entre os dois quiosques, sofrendo da mesma característica de implantação problemática, principalmente no que diz respeito a crianças, uma vez que o desejo dos pais é que estas fiquem mais próximas possíveis do seu alcance de visão. O parque está com os equipamentos quebrados, inserido em cima de solo recoberto por areia, que cria poças de lama quando chove.

Há um desejo dos moradores pela criação de uma creche dentro do residencial, conforme foi indicado ter sido promessa do prefeito da cidade de Salvador durante a entrega do empreendimento. Porém, como não atende aos parâmetros precisos para implantação de Creche municipal no local, essas necessidades poderiam ser atendidas, em escalar menor, pelo Centro de Convivência caso haja uma articulação entre os moradores.

- Espaços para realização de atividades de capacitação

Durante as visitas iniciais, foram relatadas pelos moradores, sobre instituições de ensino que mostraram interesse em realização de cursos de capacitação profissional dentro do Residencial, mas que não puderam efetivar a realização pela falta de espaço adequado para sua realização. Os dados socioeconômicos da CEPECEM registram o desejo pelos moradores da existência de atividades de capacitação profissional.

4.3.3 Diagnósticos e análises técnicas sobre locais com potencias de implantação

Foram apontados pela equipe técnica e moradores, quais áreas ou locais dentro da poligonal do Residencial, poderiam abrigar um equipamento que recebesse atividades como as citadas acima. Foram discutidas, em cima do mapa “O Espaço” no Anexo XX, o potencial de implantação em algumas áreas ainda não ocupadas no Residencial. As áreas discutidas, inicialmente, são as manchadas em vermelho na figura abaixo.

Figura 17- Potenciais locais de implantação do Centro



- 1- Entrada do Residencial;
- 2- Espaço entre Igreja e Comércio;
- 3- Proximidades da lagoa;
- 4- Proximidades do bloco B.

Fonte: Google Maps modificado pela equipe, 2018

1) ESPAÇO NA ENTRADA DO RESIDENCIAL

- Reflexão dos moradores

Apesar de dispor de área livre para ocupação, se localiza em região muito afastada do restante do residencial.

- Análise técnica

Condiz com as percepções discutidas em campo citadas a cima.

2) ESPAÇO ENTRE PRINCÍPIO DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA E COMÉRCIO

- Reflexão dos moradores

Área com bom potencial de desenvolvimento.

- Análise técnica

Área com maior potencial para implementação do Centro de Convivência, uma vez que encontra-se em região central, podendo ser observada pelos 3 setores, podendo fortalecer a ideia de convergência e unidade.

3) PROXIMIDADES DA LAGOA

- Reflexão dos moradores

Moradores pedem a requalificação dessa área, apontando a lagoa como espaço de grande potencial.

- Análise técnica

Apesar de todo potencial da área, a ambientação e requalificação da mesma deve estar voltada para melhorias e equipamentos urbanos, uma vez que a legislação ambiental inviabiliza construções naquele contexto.

4) PROXIMIDADES DO BLOCO B

- Reflexão dos moradores

Assim como a primeira opção, não contempla espacialmente os três setores que compõe o Residencial.

- Análise técnica

Condiz com as percepções discutidas em campo citadas a cima.

4.3.4 Primeiro desenho desenvolvido

Com base nas informações coletadas, foi desenvolvida a ideia inicial do Centro de Convivência, seguindo fielmente o Programa já definido, contemplado com áreas² médias para o desenvolvimento de cada uma das atividades definidas. O projeto segue uma linha arquitetônica convencional, em construção de alvenaria, telha fibrocimento, esquadrias em vidro e madeira, revestimentos e pisos cerâmicos nas áreas molhadas e tinta de parede nas demais. Apresenta também indicação de mobiliário simples, que podem ser conseguidos através de reutilização de objetos, como carretéis para mesas, troncos de madeira para bancos e pallets para compor poltronas, estantes, carteiras e mesas.

A disposição espacial dos ambientes, foi sugira pelos moradores, através de mapas mentais, desenvolvidos em atividade de campo, conforme alguns desenhos abaixo:

Figura 18- Mapas mentais para o Centro de Convivência



Fonte: Acervo da equipe, 2018

Uma vez decidida que a localização com maior potencial de implantação seria nas proximidades do princípio da construção da igreja, o desenho proposto sobre reflexão técnica, em cima das sugestões dos moradores, conta com os seguintes ambientes, dispostos conforme figura abaixo:

- Salão de festas/Reuniões/Convívio
- Espaço para crianças;
- Sanitários;
- Multiuso - Capacitação/Reuniões/Gestão

- Depósito.

Figura 19- Primeira etapa de desenvolvimento de projeto



Fonte: Acervo da equipe, 2018

4.3.5 Devolutiva dos moradores e análise técnica

Apesar de terem indicado, de forma unânime, gostar bastante do projeto, os moradores levantaram diversos questionamentos que foram essenciais para reflexão sobre a proposta inicial e a reformulação do mesmo.

Foram questionados os seguintes aspectos:

SEGURANÇA

- Reflexão dos moradores

Alguns moradores compartilharam que se sentiam inseguros devido a aparente facilidade de acesso ao conjunto construído do Centro, podendo comprometer a integridade quanto do patrimônio como dos itens que ele poderia vir a abrigar em seu interior. Solicitaram que fossem

colocadas telas, ou grades nas esquadrias e até sob a cobertura, a fim de evitar entrada indesejada de pessoas mal-intencionadas. Pediram também o cercamento do perímetro da poligonal que engloba o conjunto do Centro, podendo assim ser possível o acesso apenas em horários específicos.

- Análise técnica:

A insegurança quanto a integridade do patrimônio é pertinente e legítima, mas também pode causar sensação de maior segregação espacial se exclusivamente resolvida com gradeamento de todos os possíveis acessos humanos. Os aspectos visuais dessas soluções resultam numa sensação de prisão, de reforço de insegurança, de disputa política e espacial. Porém a não adoção de estratégias com embasamento nas inseguranças indicadas, seria negligenciar a realidade local e vivência dos moradores.

- Possíveis soluções:

Espaços mais permeáveis e menos rígidos, onde seja possível a observação aos diversos ângulos do conjunto construído pelos mais variados locais do Residencial. Fechamentos e vedações, sejam horizontais ou verticais, alternativas, que possibilitem a entrada iluminação e ventilação de maneira eficaz, porém com maior possibilidade de isolamento do exterior quando necessário.

MANUTENÇÃO

- Reflexão dos moradores

Os espaços construídos necessitam de constante manutenção, principalmente áreas molhadas e de cocção. Não há definição de organização entre os moradores de como poderiam ser assumidas e rotina de manutenção dos espaços.

- Análise técnica

Ainda não há articulações consolidadas entre os moradores que possam assegurar a divisão de tarefas nos espaços e criar essa uma rede eficaz de preservação do patrimônio. Por isso, quanto mais simplificado, melhor para que seja um processo menos complexo e as articulações possam nascer de maneira mais rápida. O Grupo Gestor tem forte responsabilidade nesse aspecto de condução à visualização dos moradores ao espaço de utilização coletiva. Quanto mais livre de complexidades o processo, mais possibilidade de sucesso.

- Possíveis soluções

Agrupar os usos aos os ambientes construídos, de maneira que possam abrigar maior número de atividades, uma por vez, diminuindo assim a quantidade de espaços passíveis de manutenção e limpeza. Se organizadas, as atividades podem seguir cronogramas preestabelecidos, sendo realizadas em ambiente multifuncional, de fácil adequação para necessidade momentânea.

UTILIZADORES

- Reflexão dos moradores

Apesar do programa ter seguido as ideias indicadas pelos moradores, quando se confrontaram com as mesmas consolidadas em desenho, levantaram o questionamento de como seria a utilização das áreas pensadas. A ideia de uma área para crianças era prioritária até então, porém questionou-se quem cuidaria dessas crianças, como seria essas rotinas. Do mesmo modo, com os outros ambientes, quem os utilizaria e como.

- Análise técnica

Para solucionar essa questão é preciso articulação enquanto comunidade, reconhecimento de pessoas com habilidade e potências para colaborar com cada uma das atividades propostas, realizando a divisão do trabalho e garantindo sua eficácia. Porém é papel do conjunto edificado colaborar para que esse processo se torne possível.

Estrategicamente, projetar espaços com multipossibilidades, colabora para a utilização dos mesmos com outras atividades enquanto ocorre o processo constante de articulações e decisões político espaciais.

- Possíveis soluções

Assim como para a questão da manutenção citada a cima, a possibilidade de ambientes multifuncionais estimula que os espaços não fiquem obsoletos, uma vez que se atividade preestabelecida para o mesmo não vierem a acontecer com frequência, outras diversas atividades possam ocupar esse local.

DISPUTAS ESPACIAIS

- Reflexão dos moradores

As opiniões quanto às questões espaciais foram bem diversificadas, de forma que três tipos de posições foram preponderantes nas discussões. 1) Instalação do Centro que não venha a intervir

nem nas ocupações de comércio existentes nem no início da construção da Igreja que foi embargada. Essa solução seria uma estratégia de viabilidade de execução, uma vez que entra no mérito das disputas espaciais com o que já está construindo, evitando-se conflitos e garantindo que não haja represália para instalação do equipamento; 2) Instalação do Centro no local que estão os resquícios da construção da Igreja. Adotar o que já foi construído de forma indevida como posse do condomínio e edificar o Centro de Convivência diretamente em cima dessa base construída. Para isso seria preciso adequar os ambientes projetados para o perímetro da “construção” existente; 3) Reorganização do comércio de forma que as novas unidades comerciais estivessem espacialmente dispostas de maneira que o Centro pudesse ser construído com maior abundância de área disponível.

- Análise técnica

As disputas espaciais em um local já fragmentado pela sua própria urbanização e disposições arquitetônicas, onde a linha entre o público e privado é bastante tênue e de articulação cívica enfraquecida pela falta de senso comunitário, são questões delicadas e que podem inviabilizar a efetivação de um projeto que levaria melhorias para o Residencial.

- Possíveis soluções

É uma alternativa para que haja mais garantia de efetivação, a indicação de algumas possibilidades de implantação, que podem ser melhor viabilizadas a depender do contexto espacial no momento em que ganharem forças, nas articulações com órgãos públicos ou privados e também nas decisões condominiais que foram indicadas em assembleia a medida que haja um fortalecimento na participação mais efetiva dos moradores das decisões locais.

4.4 Definição de conteúdo, programa, detalhamentos e outras definições do projeto

Com base nas reflexões técnico-participativas expostas acima, o projeto indicado inicialmente foi repensado, tomando como referência projetos e conceitos que estimulam o senso de pertencimento e conseqüentemente comunitário, através indicação de criação de Espaços Significativos e Positivos.

4.4.1 Referencial teórico/conceitos

PLACEMAKING

A palavra Placemaking pode ser traduzida para o português como "fazer lugares". Os "lugares" mencionados aqui são espaços públicos que estimulam interações entre as pessoas em si e entre as pessoas e a cidade, promovendo comunidades mais saudáveis e felizes. Placemaking é, ao mesmo tempo, um conceito amplo e uma ferramenta prática para melhorar um bairro, uma cidade ou uma região.

(Guia do Espaço Público, 2015, p.10)

O placemaking aposta na complementaridade entre planejamento, gestão e programação. Incentiva a criação de atividades e conexões, indicando que melhorias pequenas são mais fáceis de se implementar.

Aponta que espaços públicos bem-sucedidos precisam ser:

- Acessíveis;
- Ativos (diferentes atividades e formas de serem utilizados);
- Confortáveis (seguros, limpos, com locais de sombra e lugares para sentar);
- Sociáveis (locais que possibilitem encontros e expansão da rede de pessoas conhecidas)

Os conceitos estimulam a criação não só de atividades, mas de conexões.

Levando-se em consideração que “atividades são pilares básicos de construção de um lugar”, uma vez que elas são as responsáveis pela atração do público, o *Guia do Espaço Público* lista alguns pontos a serem avaliados para se pensar na relação atividades x lugares construídos. São eles:

- Atividades oferecidas. Quanto mais opções, melhor.
- Equilíbrio entre o número de homens e mulheres.
- Presença de pessoas de diferentes idades.
- Espaço é usado durante todo dia.
- Presença de pessoas sozinhas e em grupos. Significa que há lugares para as pessoas sentarem com os amigos e há mais socialização.
- O sucesso de um espaço depende do quão bem ele é gerenciado.

São necessários, ainda, outros pontos importantes para potencialização do sucesso dos espaços propostos.

É preciso que no local se encontrem talentos ativos, ou seja, pessoas que possam colaborar para os processos de ocupação do espaço com atividades específicas. Para além de espaço, criar lugares (atividades nos mais variados horários e dias da semana, organizando-se o que e quando irá acontecer ajudam nesse processo).

Encontrar parceiros é essencial para que os planos saiam do papel, uma vez que estes podem viabilizar desde projetos mais detalhados à execução das propostas. Assim como garantir que os produtos sejam feitos pensados para que o lugar seja importante para as pessoas, um lugar que elas querem estar. Em outras palavras, que gerem identificação e orgulho. As melhorias devem ser implementadas pouco a pouco, podendo-se assim experimentar as possibilidades e observando como as pessoas reagem às mudanças, garantido que contemplem de forma mais ampla seu público alvo, de forma mais legítima. Mudanças de pequenas escalas devem ser feitas antes da efetivação de mudanças permanentes. Assim existe a possibilidade de testar.

Para disposições espaciais se é indicado a triangulação. Segundo William H. Whyte, “Triangulação é o processo pelo qual alguns estímulos externos incentivam interações entre as pessoas e fazem desconhecidos conversarem como se eles se conhecessem”. Posicionamento de equipamentos de diferentes usos e públicos próximos um dos outros se estimula novas interações. Deve haver possibilidade de mudanças, caso necessário, de acordo as interações que vierem a ser estabelecidas.

A forma deve ser pensada de acordo a realização das funções. Tendo-se em vista que o espaço está permanentemente aberto a mudanças e gestão flexível é mais coerente que os espaços possam ser compostos de maneiras também flexíveis.

ESPAÇOS ABERTOS POSITIVOS

Ainda que seja importante a possibilidade de flexibilidade e mudança dos espaços, a organização, mesmo que efêmera, precisa ser pensada de forma que conecte em vez de segregar. Segundo Alexander et al (1977, p. 518), espaços abertos positivos são aqueles que “possuem um formato distinto e definido, tão definido como o de uma sala”. Em estudo posterior, Alexander et al (1987, p. 66) definiram espaços positivos como “coerentes e bem conformados”. Apesar da rigidez que citação possa transmitir, o conceito de Espaços Positivos trata, na realidade, do aproveitamento eficaz do espaço, de maneira que o mesmo crie conectividades. Foco na criação de espaços que proporcionem não apenas a sensação de acolhimento, mas também conexões. O mau posicionamento dos equipamentos no espaço,

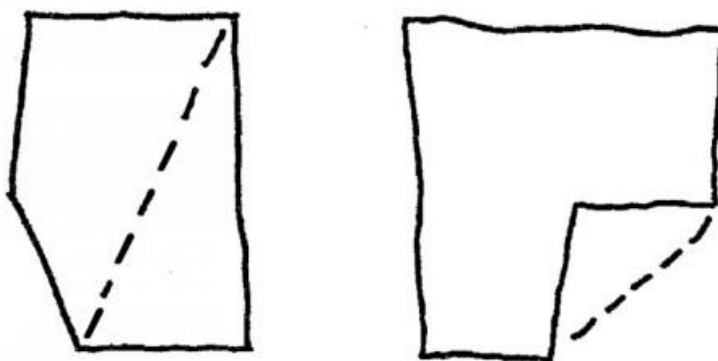
podem produzir efeitos negativos, como é a sensação de desunidade entre os setores dos prédios do Residencial Fazenda Grande 8B.

Um dos conceitos dos espaços abertos positivos, é a convexidade.

Um espaço é convexo quando é possível traçar uma linha reta entre todos os pontos localizados no seu interior sem atravessar nenhuma borda do espaço aberto. Em outras palavras, em espaços convexos todos os pontos em seu interior conseguem se “enxergar” mutuamente.

(Alexander, C., 1987)

Figura 20-Convexidade



Fonte: *Fonte: Carmona et al, 2003, p. 138*

Locais de convivência devem ter a capacidade gerar bem-estar.

4.4.2 Referências

ORGANIZAÇÃO BELA RUA

Sendo uma organização que estuda a relação das pessoas com o espaço público, a metodologia da Bela Rua constitui-se em etapas de trabalho que são classificados em “Pesquisa”, “Ativação” e “Transformação”, onde se tem como objetivos, respectivamente, conhecer o lugar; inspirar pessoas e intervir no espaço. O processo de mobilização do grupo RAU+E na área foi bastante similar, à medida que a *Pesquisa* ficou por conta das etapas de diagnóstico; a etapa de *Ativação* equivale às atividades realizadas envolvendo metodologias participativas de visualizações e a de *Transformação* pelos produtos gerados pelos Residentes para a comunidade.

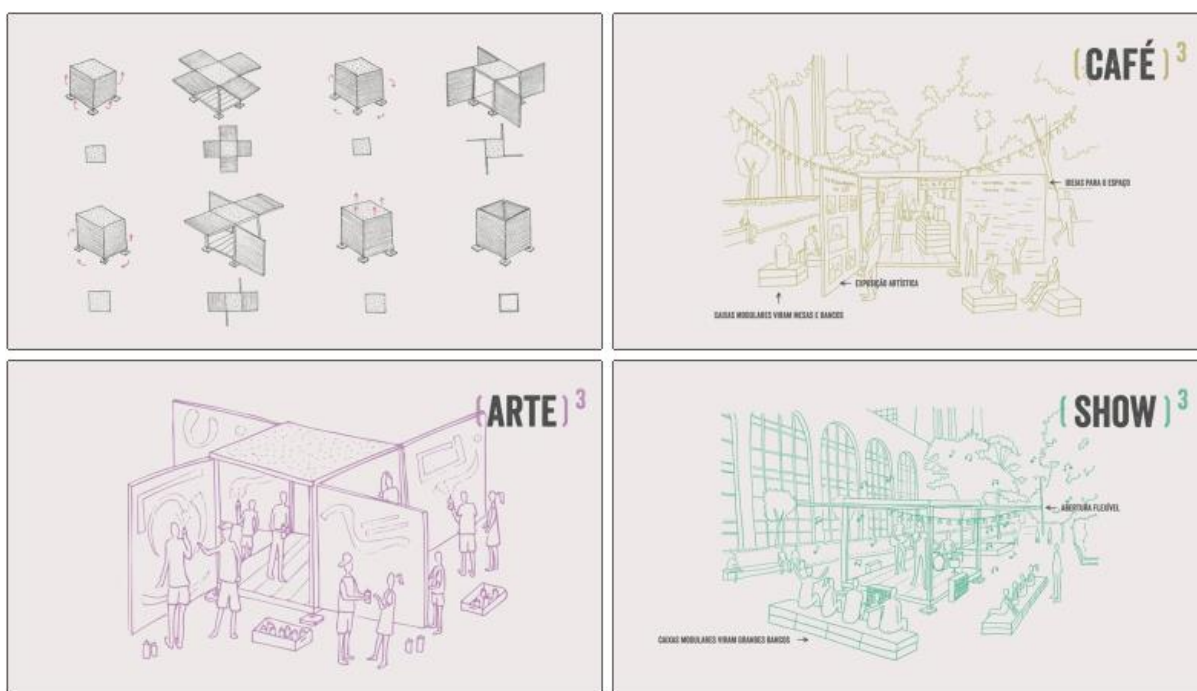
- Diagnósticos: Investigação do espaço, atividades realizadas, rotinas, aproximação com os moradores, busca de dados nos órgãos públicos etc;

- Metodologias participativas: foi possível que os moradores indicassem demandas, necessidades, sonhos e possíveis meios de amenizar os problemas enfrentados;
- Produtos: Indicação de possíveis soluções que culminam como fruto de todo processo, sendo ferramentas para efetivação das intervenções espaciais.

(RUA)³

Projeto que levou, em 2014, às ruas de São Paulo, um cubo gigante que abrigada em seu interior bancos, bibliotecas, jogos etc, tinha como objetivo realizar atividades culturais como shows, oficinas, aulas de yoga, dentre outros. A intervenção temporária segue o conceito da figura abaixo, onde o cubo é um espaço construído flexível, passível de diversas configurações, de acordo as atividades que serão desenvolvidas no momento.

Figura 21- Coquis do Rua³



Fonte: Guia do Espaço Público, 2015

4.4.3 Conceito do produto final

Através da associação dos conhecimentos acerca dos processos participativos aprendidos ao longo do curso na RAU+E e dos conceitos acima apresentados, com a ideia base do projeto (RUA)³ como referência, foi formulada a proposta final aqui apresentada.

Nessa altura, o Produto a ser entregue a comunidade transita do Centro de Convivência enquanto projeto arquitetônico convencional para a forma de indicações e estratégias para possibilidades de sua implementação de forma legítima aos usuários e contexto.

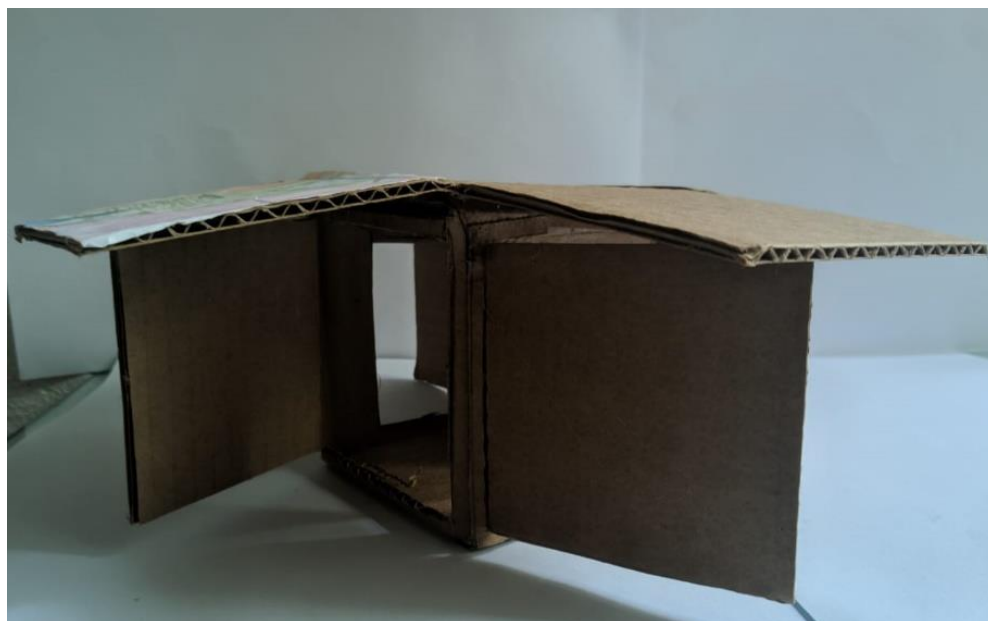
O homem moderno requer um nível mais profundo de participação, além de votar nas eleições, na adaptação dos espaços que utiliza e as práticas prevalentes na sociedade para alcançar a felicidade. Além de incentivar a participação, a natureza urbana contribui diretamente para o bem-estar e saúde.

(HELSINKI, 2010)

Utilizando a ideia dos Cubo-Módulos, é indicado o desenvolvimento de um espaço que componha um conjunto edificado para realização de atividades compartilhadas, que consiga ser composto de maneira flexível, priorizando o usuário e suas necessidades, criando ambientes acolhedores e que potencializam a inteligência coletiva.

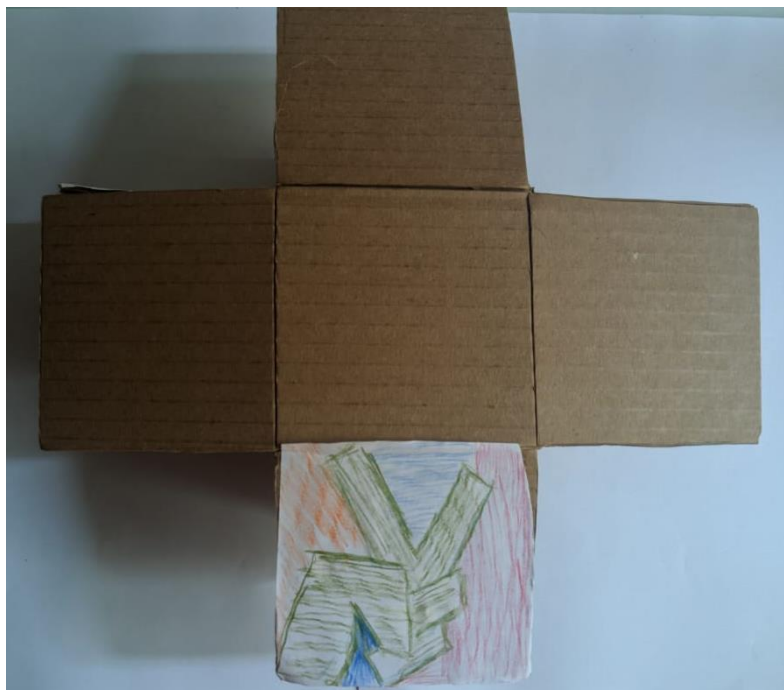
Abaixo alguns configurações que o módulo pode adotar.

Figura 22- Estudo volumétrico do Módulo



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 23- Estudo volumétrico do Módulo



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Como já existe um grande número de ocupações de forma desorganizada na composição do espaço do residencial, os Módulos são uma proposta de ocupação organizada, incentivando utilizações mais conscientes dos espaços comuns. Tem como objetivo transformar o espaço, em escala menor, enquanto acontece o processo de fortalecimento de consciência coletiva por parte dos moradores, através das, principalmente, de ações do Grupo Gestor. É necessária que o sentimento de ocupação esteja presente nos usuários, que colaborem para que o processo seja legítimo e contemplo o maior número possível de moradores.

Deverá servir, também, de estímulo visual para os comerciantes, incentivando que haja um padrão de ordenamento e construção, que pode ser definido, inclusive, por meio de concordância em convenções condominiais.

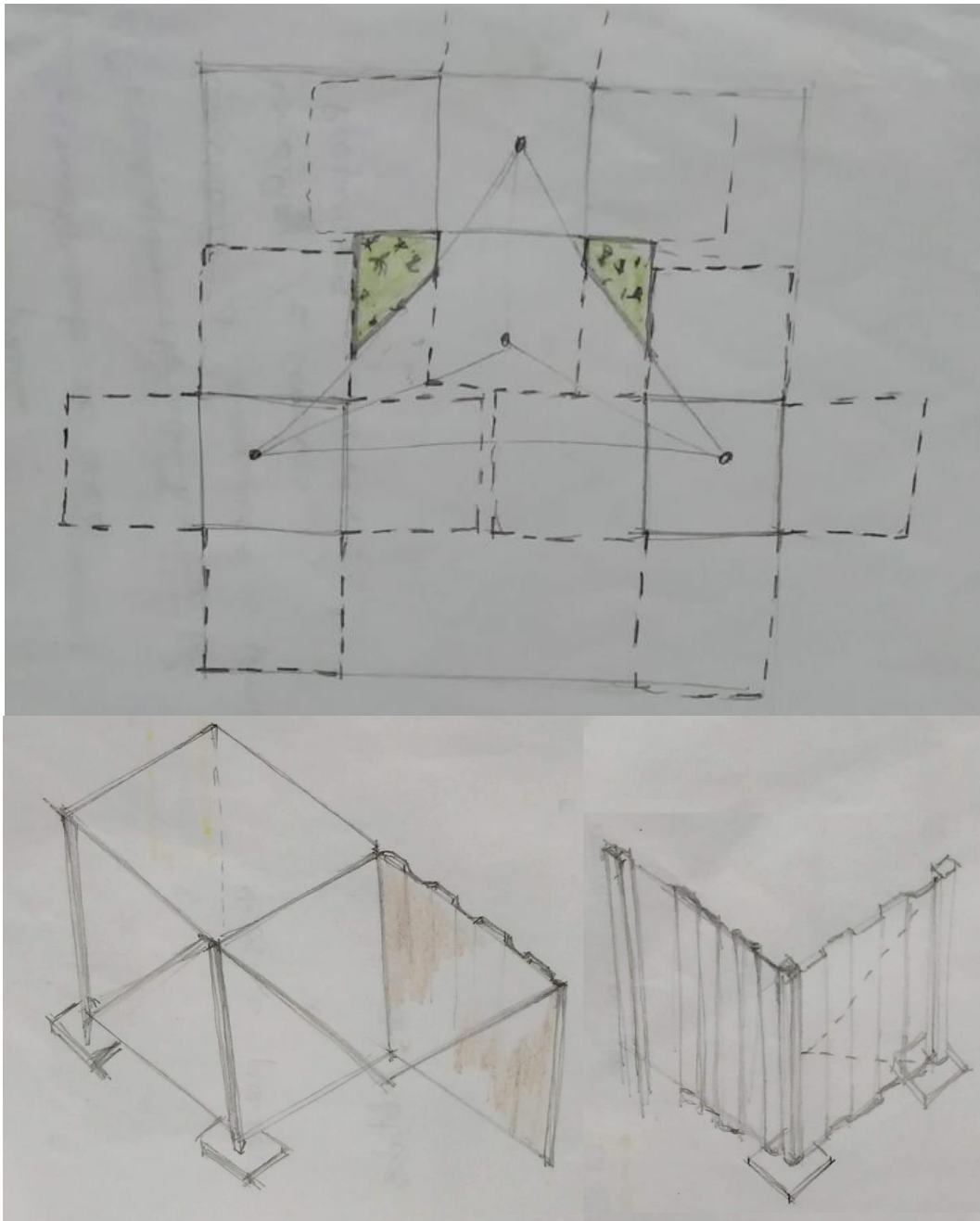
O Cubo-Módulo deve ser lido como uma semente. É um projeto em construção, que possibilita intenções processuais, com liberdade para experimentações e que gere reflexões.

4.4.4 Módulo-Semente

Como ferramenta de viabilização de execução, a indicação de implantação dos módulos no local escolhido, pode ser feita com algumas possibilidades diferentes. De acordo ao órgão, entidade ou instituição que se responsabilize por executar o projeto, assim como o contexto espacial-político do Residencial no momento, devem existir alternativas de implantação que mais se aproximem da forma eficaz de uso do equipamento proposto. Para que isso seja

possível, os módulos devem ser articulados com rodas, que possibilitem seu deslocamento. As possibilidades de arrumação de conjuntos podem ser diversas. Abaixo o croqui que foi desenvolvido ao longo do amadurecimento da ideia dos módulos sementes mostra uma das possibilidades

Figura 24 - Estudo das possibilidades do Módulo



Fonte: Fonte: Acervo pessoal, 2018

Durante atividade realizada em campo, moradores deram sugestões de como os módulos podem ser organizados, de forma compor um conjunto construído harmonioso com o contexto de inserção, conforme exposto na figura abaixo.

Figura 25 - Croqui desenvolvido por morador



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Na imagem, o morador retrata os módulos (à esquerda) compostos em conjunto de três, posicionados de maneira que fiquem com todas as faces visíveis. Ao lado a construção embargada (direita), que nesse contexto, no futuro, pode servir de base para construção de edificação de arquitetura mais formal, para expansão do Centro de convivência. Na extrema esquerda da foto, o desenho representando o primeiro prédio do Bloco C.

4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento ou implantação do projeto/ anteprojeto, como subsídio para efetivação de um Termo de Referência.

4.5.1 Processos de mobilização coletiva para maior discussão a respeito do produto.

Para implementação dos módulos, será preciso discutir com os moradores quais melhores estratégias de posicionamento e quais atividades serão realizadas em cada um deles. É preciso também a definição de quais são as atividades são prioritárias. Atividades voltadas para crianças, por exemplo, foram levantadas em reuniões durante o período da assistência técnica como de grande importância, porém não houve nenhum tipo de mobilização efetiva dos responsáveis pelos mesmos ou de pessoas que se prepussem a assumir esse tipo de compromisso. Sendo assim, é preciso haver, primeiramente, alinhamento entre as necessidades reais e as possibilidades de mobilização coletiva para sua efetiva realização.

Esse tipo de mobilização tem potencial de realização se associado ao Grupo Gestor, que é responsável pela organização das pautas condominiais e a respeito do Residencial.

5 Viabilidade institucional, econômica e financeira

5.1 Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas

O Fórum de Pós-ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) da Região Metropolitana de Salvador, coordenado pela CAIXA, que busca promover projetos de melhorias nos empreendimentos do MCMV, é apontado pelos moradores como possível ferramenta de pressão aos órgãos governamentais que podem intervir na construção de equipamentos para o Residencial Fazenda Grande 8B.

Criado em junho de 2013, o grupo discute a realidade de quem já foi beneficiado, na capital baiana e sua região metropolitana, com unidades da Faixa 1 do MCMV. O fórum promove um espaço de encontro entre os moradores e os órgãos federativos no qual são expostas as dificuldades e necessidades e cobradas, do poder público, ações resolutivas. O objetivo é incrementar o acesso dos moradores aos serviços da área da saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e assistência social. O Fórum também trata da geração de trabalho e renda para os beneficiados pelos empreendimentos. (CAIXA, 2016).

Dentre os resultados desdobrados através do Fórum, está a implantação dos transportes coletivos (ainda que precários) na proximidade direta da entrada do RFG8B.

5.2 Requisitos complementares para implementação

5.2.1 Levantamento topográfico e cadastral

Ainda que com a planta do Residencial em mãos, as informações que constam neste documento, são insuficientes para implantação precisa de qualquer equipamento edificável na área. É preciso fazer o levantamento topográfico atualizado, assim como o cadastro com informações precisas, dos equipamentos de serviços, comércios e outros existentes no local.

5.2.2 Estudo de viabilidade de arquitetura - Definição de materiais

Para elaboração dos módulos, é preciso fazer a escolha do material que melhor se adeque a realidade do Residencial. De fácil manutenção e que proporcione conforto térmico e acústico. O projeto de referência, Rua³, executou os módulos em material metálico, obtendo um resultado final semelhante aos containers. Esse tipo de material, para uso prolongado, pode acarretar em desconforto térmico. É preciso um estudo para implementação de material isolante, que

amenize os efeitos da incidência solar direta sobre os módulos, junto ao material que possa ser articulável por meio de dobradiças que compõe o “esqueleto” do módulo.

5.2.3 Legislação Urbanística

Uma vez que a ocupação do espaço construído, por meio do próprio PMCMV, vem de um desdobramento do projeto “Vale de Fazenda Grande”, e através da Urbanização Integrada, não fica claramente definido das delimitações do que é espaço público, privado ou comunitário. A planta de implantação do conjunto mais completa que se tem acesso, também deixa a desejar quanto aos níveis de informações de ocupação do solo dentro do empreendimento. É preciso entender, legalmente, a que parâmetros urbanísticos estão vinculados os espaços que fazem parte do Residencial, para que seja possível determinar os parâmetros legais urbanísticos para implantação do módulo.

5.2.4 Projeto executivo arquitetônico

Para possibilidade de execução das propostas, é preciso o desenvolvimento do projeto executivo de arquitetura para os módulos. Esse projeto deve contar com peças gráficas, documentos escritos e tabelas, de maneira de definam exatamente como será o modelo proposto após execução o mesmo.

O projeto executivo, deve contar, minimamente, com o seguinte conteúdo:

PEÇAS GRÁFICAS

- Plantas baixa do módulo;
- Diversas possibilidades de plantas de layout de acordo aos diferentes usos definidos;
- Planta da cobertura;
- Cortes (longitudinais e transversais);
- Elevações (fachadas);
- Detalhes construtivos (quando necessário);
- Maquete eletrônica 3D.

DOCUMENTOS TEXTUAIS

- Memorial descritivo;
- Orçamento;

- Cronograma de Obra.

5.2.5 Projetos Complementares

Além dos produtos descritos a cima, que fazem parte da disciplina de Projeto de Arquitetura, são necessários produtos de multidisciplinares, como projetos específicos de instalações elétricas, hidráulicas, etc;

6 Cronograma previsto (prazos previstos para próxima etapa de execução)

6.1 Previsão de prazos por atividades, produtos ou etapas subsequentes para desenvolvimento ou implantação do projeto específico.

PRODUTOS/ ETAPA		MESES								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
ETAPA 1										
1- Plano de Trabalho e Metodologia de Participação Social	Prazo em dias	0 30	60							
ETAPA 2										
2-Levantamentos cadastrais e topografico	Prazo em dias	0 30								
ETAPA 3										
3- Legislação Urbanística Específica	Prazo em dias		0 30							
4- Complementação de informações e avaliações	Prazo em dias			0 30	60					
5- Consultorias complementares.	Prazo em dias					0 30	60	90		
6- Elaboração de projeto executivo	Prazo em dias						0 30	60	90	150

7 Equipe Técnica e Orçamento previsto (para desenvolvimento da próxima etapa de execução)

7.1 Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços.

Formação/ Função	Nível		Experiência Exigida	Tempo Mínimo de Formação	Qtd.	Tempo Trabalho (horas)	Valor Total previsto (em R\$)
Arquiteto e Urbanista Coordenador	Senior	P-1	Coordenação de estudos e projetos multidisciplinares, englobando especialmente as disciplinas descritas nas atividades objeto do contrato – a exemplo de elaboração de planos diretores, projetos urbanísticos, planos e projetos relacionados à habitação de interesse social.	>5 (dez) anos	01	880	R\$ 55.000,00
Arquiteto e Urbanista	Pleno	P-2	Elaboração de estudos e planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano – a exemplo de elaboração de planos diretores, projetos urbanísticos, planos e projetos relacionados à habitação de interesse social.	> 2 (cinco) anos.	01	880	R\$ 38.500,00
Arquiteto com experiência em legislação	Sênior	P-1	Elaboração de legislação urbanística	> 5 (dez) anos.	01	880	R\$ 44.000,00
Sociólogo ou Antropólogo	Sênior	P-1	Participação de planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária	> 5 (dez) anos.	01	220	R\$ 9.625,00
Assistente Social	Pleno	P-2	Participação de planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária	> 5 (cinco) anos.	01	440	R\$ 19.250,00
Bacharel em Direito	Pleno	P-2	Participação em trabalhos que envolvam ações de regularização fundiária e conhecimento em direito urbanístico e/ou especialização em direito urbanístico	> 5 (cinco) anos.	01	220	R\$ 12.222,22
Engenheiro Sanitarista ou Civil	Sênior	P-1	Elaboração de projetos de infraestrutura urbana.	>10 (dez) anos.	01	660	R\$ 41.250,00
Equipe técnica de Engenharia para trabalho de campo	Pleno	P-2	Realização de levantamentos de campo	> 5 (cinco) anos.	01	660	R\$ 31.284,00
TOTAL							R\$ 277.201,22

8 Referências bibliográficas

ALEXANDER, C. et al. **A New theory of urban design**. New York: Oxford University Press, 1987.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3.º), 711-732

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 11 jul. 2001, Seção 1, p. 1.

_____. **Política Nacional de Promoção da Saúde** : PNaPS : revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

_____. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 26 dez. 2008, p. 2

_____. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 07 jul. 2009.

_____. Lei nº 12.424, de 06 de junho de 2011. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 17 jun. 2011.

_____. Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o manual de instruções do trabalho social dos programas e ações do Ministério das Cidades. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 23 jan. 2014, nº 16, Seção 1, p. 39.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?view=article&catid=36%3Acolecacao-](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?view=article&catid=36%3Acolecacao)

textos&id=155%3Apolitica-habitacional-no-brasil-balanco-e-perspectivas&option=com_content&Itemid=82#>

CARMONA, M. **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design.** Oxford; Boston: Architectural Press, 2003

CARVALHO, I.M.M; PEREIRA, G.C. Salvador com comércio. In: **Metrópoles na Atualidade Brasileira** p. 47-84. Salvador. 2014.

CONDER, Painel de Informações (2016) acessado no 20.01.2018 em http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/1_INFORMS_Painel_de_Informacoes_2016.pdf.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Coord.) **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012.

HECKERT. A. Aurélio. **Projeto Minha Casa Nossas Vidas**, 2016. Disponível em <<https://labor.ufba.br/colabore/projeto-minha-casa-nossas-vidas>>. Acessado em 12.02.2018.

HELSINKI, Demos. **The Politics of Happiness: A Manifesto.** 1. ed. Finlândia: WWF, 2010. 26 p. v. 1. Disponível em: <<https://www.demoshelsinki.fi/en/julkaisut/politics-of-happiness-a-manifesto-2/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDO DO TRABALHO E SOCIEDADE acessado em 03.02.2018 em <https://www.iets.org.br/spip.php?article7>.

INSTITUTO ELO, **Escola de Transformação** acessado em 21.01.2018 em <http://institutoelos.org/escoladetransformacao/>.

HEEMANN, Jeniffer; CAIUBY SANTIAGO, Paola. **Guia do Espaço Público: Para inspirar e transformar.** 1. ed. São Paulo: [s.n.], 2015

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade;** tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

LIMA, Márcia Azevedo de. **A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social.** Porto Alegre: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LIMONAD, Ester. **Urbanização dispersa mais forma de expressão urbana?** Revista Formação, nº14 volume 1 – p. 31-45

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 121-192

NEWMAN, Oscar. **Creating Defensible Spaces.** U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research. 1996

Chapter 1 p. 9-23

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORSTEIN, Sheila Walbe. (Coord.) **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Porto Alegre : ANTAC, 2003. -- (Coleção Habitare) Cap. 1 p.13-24

SALVADOR. **LEI Nº 9.069**, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, 30 jun. 2016.

_____. **LEI Nº 9.148**, de 08 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 08 set. 2016.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; Moraes, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (Org.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. Parque Pedra de Xangô será a primeira Área de Proteção Ambiental de Salvador. < Disponível em “<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/49043-parque-pedra-de-xango-sera-a-primeira-area-de-protecao-ambiental-de-salvador>>. Acesso em: 13 de jan. 2018.

SERPA, A. **Os espaços livres de edificação nas periferias urbanas - Um diagnóstico preliminar em São Paulo e Salvador**. Paisagem e Ambiente - Ensaio, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 189-216, 1997.

SILVIA, Maria Alice. **Por que a criação do Parque em Rede**. Acessado em 22.01.2018 em <https://www.pedradexango.com.br/single-post/2017/04/15/Por-que-a-cria%C3%A7%C3%A3o-do-Parque-em-Rede>

_____. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador / Maria Alice Pereira Silva. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

9 Anexos

- 9.1 Mapas – Visão Técnica do Espaço
- 9.2 Os pôsteres apresentados, Cópia-A3 e cópia do parecer da banca.
- 9.3 CD contendo o Trabalho de Conclusão e os pôsteres, em arquivos editáveis, além do pdf.